

## PREVIDÊNCIA DE TEMER

# ÓDIO

## AOS TRABALHADORES

**CNTE:**  
Uma história de luta por uma  
educação pública, de qualidade  
e democrática  
Pág 3

**DESCASO DO GDF:**  
Ano letivo tem início com falta de  
professores(as) e orientadores(as)  
Pág 11

**FAMA:**  
Brasília sedia Fórum  
Alternativo Mundial da Água  
Pág 18

**GOSTO AMARGO:**  
Como o golpe mudou  
a vida da categoria  
Pág 22

# MAGISTÉRIO PÚBLICO INTENSIFICA LUTA CONTRA AS REFORMAS DE TEMER

## Expediente

**Sinpro(sede):** SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF  
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

**Subsede em Taguatinga:** CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefone: 3562-4856 e 3562-2780

**Subsede no Gama:** SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefone: 3556-9105

**Subsede em Planaltina:** Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefone: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

**Secretaria de Imprensa:** Cleber Ribeiro Soares,

Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

**Editor:** Luis Ricardo Machado

**Jornalistas:** André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo

Machado e Tomaz de Alvarenga

**Revisão:** José Antônio de Oliveira

**Diagramação:** Samuel de Paula

**Capa:** Samuel de Paula

**Fotos:** Deva Garcia, Marcelo Borges e José Paulo de Oliveira (ECOM)

**Impressão:** Palavra Comunicação

**Tiragem:** 40.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,

desde que citada a fonte.

### Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador

Carlos de Souza Maciel

Nilza Cristina G. dos Santos

### Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora

Marilange da Silva Vianna

Delzair Amancio da Silva

### Secretaria de Assuntos Culturais

Thais Romanelli Leite – Coordenadora

Eliceuda Silva de França

Ticho Lavenerre

### Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas

e Socioeconômicos

Dimas da Rocha Santos – Coordenador

Cássio de Oliveira Campos (*In Memoriam*)

Ibson Veloso Bernardo

Francisco de Assis S. Lima

### Secretaria de Assuntos e Políticas para

Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora

Maria Goretti Oliveira Cunha

Ruth Oliveira Tavares Brochado

### Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora

Bernardo Fernandes Távora

Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

### Secretaria de Formação Sindical

Luciana Custódio de Castro – Coordenadora

Jairo Mendonça

Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

### Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes da Silva

### Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora

Letícia Vieira Montandon

Jucimeire Barbosa da Silva

### Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

Alberto de Oliveira Ribeiro

### Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador

Luciano Matos de Souza

Solange Buosi

### Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora

Anderson de Oliveira Correa

Regina Célia T. Pinheiro

### Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador

Hamilton da Silva Caiiana

Yuri Soares Franco

### CONSELHO FISCAL

Enóquio Sousa Rocha

Jailson Pereira Sousa

Joana Darc Ferreira Soares

Joana Brito M. Rodrigues

Misael dos Santos Barret

Chegamos à edição número 200 do Quadro Negro, o principal meio de comunicação impresso do Sindicato com a categoria. Um feito que não pode passar em branco.

Ao longo desses anos, registramos em nosso informativo os embates vividos pelo Magistério Público no Distrito Federal, fizemos análises, projetamos cenários e, principalmente, orientamos a categoria a agir de forma coerente e unida nas situações mais adversas. Registramos também vitórias incontestáveis frente a diferentes governos, fruto da nossa luta.

Passar os olhos por essas 200 edições nos traz muita alegria, pois é a nossa história sendo mostrada, mesmo que de forma concisa. Mas nos traz muitas lições também. Especialmente a de que as vitórias, conquistas e avanços vieram à custa de inúmeras mobilizações, passeatas, greves e negociações intermináveis.

Também é evidente nesses anos a capacidade de resistência e ques-

tionamento da categoria quando os governos de plantão tentam retirar direitos, confundir a categoria, desmobilizá-la para empurrar goela abaixo medidas danosas a todos e a todas – não apenas aos integrantes do Magistério Público, mas a toda sociedade, principalmente aquela parcela que mais necessita dos serviços públicos, da presença efetiva e forte do Estado.

**Novos desafios** - Assim, como no passado, temos desafios a enfrentar pela frente.

Hoje, precisamos ter a clareza do que representam, para os profissionais da Educação e para a classe trabalhadora, as contrarreformas encaminhadas pelo governo Temer.

Em vigor desde novembro de 2017, a reforma Trabalhista já mostrou a que veio. Sob a falsa promessa de gerar emprego, Temer praticamente desmontou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quebrando a rede de proteção social ao adicionar temas como

o trabalho intermitente, a prevalência do acordado sobre o legislado e a ampliação da terceirização.

Os resultados da contrarreforma trabalhista já estão aí. Além de diminuir a oferta de vagas, precarizou o trabalho. No caso do Magistério, a questão da intermitência abre lugar para o pagamento por hora a professores e auxiliares, sem qualquer vínculo com a instituição educacional. O que interessa agora é o lucro puro e simples do patronato, descompromissado com a educação de qualidade e muito menos com o bem público.

A terceirização sem limites também atinge em cheio a categoria docente, pois permite – de acordo com a vontade de quem estiver no governo – terceirizar professores e orientadores educacionais, sem passar por concurso público. Basta “contratar” uma firma e colocar esses profissionais nas escolas.

No caso da contrarreforma da Previdência, a questão é igual-

mente cruel. A ideia central para o Magistério é retirar a aposentadoria especial - paulatinamente, mas de forma rápida. Vale lembrar que cerca de 80% da categoria docente do Distrito Federal e do país são formados por mulheres. Imagine uma professora com 60 anos atuando em uma turma superlotada. Pois é isso o que se projeta para breve, se nada for feito. Nem a ditadura civil-militar ousou mexer neste direito, que não é benesse alguma.

Aos integrantes do Magistério Público do DF e demais trabalhadores não resta alternativa. É hora de partirmos para um enfrentamento mais vigoroso contra estes ataques. De acordo com a nossa mobilização, a contrarreforma da previdência poderá ser evitada. A trabalhista poderá, inclusive, ser revogada. Tudo dependerá do nosso discernimento, vontade de luta e unidade na ação.

Vamos à luta!!!



## ARTIGO

# CNTE: 30 ANOS DE CUT - CONSTRUINDO A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

A luta por educação pública, de qualidade e democrática está nas raízes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Nascida como Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), em 1960, já se constituía como ferramenta fundamental para a articulação do movimento sindical em nível nacional.

No período de 1982 a 1988, com o nome de Confederação dos Professores do Brasil, consolidou-se como entidade federativa e como principal via de organização do sindicalismo docente em um período em que era proibida a sindicalização dos funcionários públicos.

Ao passar a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, ampliou sua base. O Congresso extraordinário realizado em 1990 determinou a unificação dos trabalhadores em educação, assumindo com clareza que todos os componentes do ambiente escolar são educadores. Unificou várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional, ganhando força e se tornando, desde então, referência na luta pelos direitos dos trabalhadores em educação no Brasil.

Desde seu nascedouro, a organização dos educadores brasileiros assumiu, também, como princípios os ensinamentos do maior educador brasileiro: Paulo Freire – Patrono da educação no Brasil. O pensamento político-pedagógico de Freire servia à mobilização, à organização, à conquista da representatividade e da cidadania das classes populares, expressando-se em contextos que abordavam a opressão social e onde surgem expressões como “conflito de classes”, “ação cultural” e “consciência de classes”. Com a certeza da força das palavras de nosso Patrono, a Confederação

passa a assumir que a luta por direitos é ampla, transcende a educação e supera o corporativismo.

Em 1998, filia-se à Central Única dos Trabalhadores – CUT, assumindo seu caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

E neste ano de 2018 a CNTE comemora 30 anos de filiação à CUT, maior central sindical do país que, baseada em princípios de igualdade e solidariedade, tem como principais objetivos organizar, representar sindicalmente e coordenar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática.

Como a segunda maior confederação brasileira filiada à CUT, representando em torno de quatro milhões de trabalhadores em educação, associados em 50 entidades filiadas, a CNTE atua firmemente em defesa da educação pública brasileira.

Essa firmeza classista se expressa em lutas pela valorização dos trabalhadores em educação (professoras, professores, funcionárias, funcionários e especialistas), pautando-se pela mobilização, pela profissionalização, pela carreira, pelo piso salarial profissional nacional, pela garantia dos direitos sociais e pela ampliação dos espaços de cidadania. Greves, manifestações, caravanas, protestos e ocupações marcaram nossas ações nos últimos anos de história do país, especialmente nestes após o golpe que sacou Dilma Rousseff da Presidência da República. Fomos uma das primeiras instituições a se manifestar contra o golpe e em defesa da democracia brasileira.

As ações da Confederação, desde

então, têm se intensificado, lutando em defesa do Plano Nacional de Educação, do piso salarial profissional nacional e da carreira para os profissionais da educação básica, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – *Fundeb*, dos Royalties do Petróleo. Também é expressiva nossa atuação contra as reformas Trabalhista e da Previdência.

Um aspecto importante vivenciado pela educação brasileira com o golpe de 2016, após grande esforço para construí-lo, foi a desfiguração do Fórum Nacional da Educação, espaço até então participativo de construção de processos de monitoramento e avaliação de políticas educacionais. E, por meio de decreto, o governo golpista desconstruiu o calendário da Conferência Nacional de Educação de 2018.

Em resposta às ações antidemocráticas e como demonstração de que a sociedade civil não tolera intervenções unilaterais, a CNTE articulou, com entidades e profissionais da educação, estudantes e organizações da sociedade civil, a construção do Fórum Nacional Popular da Educação. Este, em respeito à comunidade educacional e como reafirmação do compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora, convocou a Conferência Nacional Popular da Educação. A CONAPE está sendo construída por meio de conferências municipais e/ou intermunicipais, e conferências estaduais. A etapa nacional será em abril de 2018.

Destacamos que, com uma categoria formada por expressiva maioria de mulheres, a CNTE assume o enfrentamento e busca estratégias de luta contra o arrocho salarial, a múltipla

jornada de trabalho e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Também é expressiva a nossa luta contra as diferentes discriminações expressas em preconceitos raciais, culturais, sociais, sexuais e religiosos.

A Confederação avalia que o desmonte da educação, implementado nos últimos anos, não é, infelizmente, exclusividade do Brasil. O avanço sobre os direitos dos trabalhadores tem se estabelecido em toda a América Latina e em muitos outros países do mundo. E, novamente com consciência de classe, que transcende categorias e fronteiras, articula suas ações com a Internacional da Educação – IE e a Internacional da Educação para a América Latina – IEAL. Junto a essas duas organizações, especialmente à IEAL, atua fortemente nas áreas de igualdade de gênero, diversidade sexual, terceirização/privatização da educação, formação profissional, defesa dos direitos sindicais. Em nível de América Latina, ajudamos a construir a Rede de Trabalhadoras em Educação e o Movimento Pedagógico Latino-americano.

A CNTE reafirma sua luta em defesa das demandas específicas dos(as) trabalhadores(as) da educação pública brasileira. E, sem qualquer dúvida, a articulação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em torno da defesa de direitos da classe trabalhadora, contribui para uma maior

participação no cenário político-social do Brasil, entendendo que trabalhadores(as) e estudantes são cidadãos constituintes de uma sociedade desigual e pouco democrática. Essa compreensão nos leva a debates maiores, como os sobre a exploração do trabalho infantil, a reforma agrária, o emprego, a saúde no trabalho e a educação de qualidade para todos.

A perspectiva freireana indica que a educação democrática não pode existir sem uma sociedade que acompanhe o mesmo adjetivo. E as instituições integrantes dessa sociedade também precisam avançar em sua democracia. Desta forma, a CNTE assume a concepção da CUT de que as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade, a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores. Unidade essa demonstrada na prática por esta Confederação pela conformação de sua estrutura sindical - que acolhe diferentes tendências e diferentes expressões, concretizando a unidade democrática dos trabalhadores do Brasil, da América Latina e do mundo, pois, “onde quer que haja mulheres e homens, haverá sempre o que fazer, haverá sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.  
Somos Fortes!  
Somos CUT!

**ROSILENE CORRÊA**  
– Diretora do Sinpro,  
da CNTE e da CUT



# NOVOS SERVIDORES TERÃO PREJUÍZO COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

*O Regime de Previdência Complementar em vigor no Distrito Federal, desde outubro de 2017, só irá valer a partir da instalação da Fundação DF Previcom e prenuncia redução da aposentadoria dos(as) futuros(as) servidores(as)*

Quem ingressar no serviço público do Distrito Federal, a partir da instalação da Fundação de Previdência Complementar (DF Previcom), terá o valor da aposentadoria reduzido no final da carreira pública, ao se aposentar. Esse é um dos principais impactos negativos, dentre outros, da reforma da Previdência do governo Rodrigo Rollemberg (PSB), aprovada pela Câmara Legislativa (CLDF), em agosto, e sancionada pelo Governo do Distrito Federal (GDF), em outubro de 2017.

Essa redução do valor do benefício advém da principal regra do Regime de Previdência Complementar (RPC) que limita o valor do benefício ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pago aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e que, atualmente, está em R\$ 5.531,31. Ou seja, ao se aposentar, o(a) futuro(a) servidor(a) não terá o benefício calculado como é hoje, associado ao salário que recebe no final da carreira pública.

Pela nova regra, se o salário do(a) novato(a) ultrapassar o teto do RGPS, o restante será arcado por ele(a) mesmo(a), que terá de aderir ao RPC se quiser aposentar com um salário maior do que o pago pelo RGPS. Esse modelo de previdência excludente foi instituído no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 932/2017 (LC nº 932/17 – da reforma da Previdência do DF) e não traz nada específico para os(as) profissionais do magistério público. A lei abrange a todos(as) os(as) servidores(as) públicos(as) distritais que ingressarem após a instala-



*Categoria ocupa plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) em manifestação contra a reforma previdenciária do GDF*

ção do DF Previcom.

Atualmente, há um Grupo de Trabalho (GT) instituído para elaborar a viabilização da Fundação de Previdência Complementar do Distrito Federal (DF Previcom), segundo as regras da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). No entendimento da diretoria colegiada do Sinpro-DF, a LC nº 932/17 foi proposta e aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e sancionada pelo GDF.

“Para legalizar os saques, o governo Rollemberg produziu essa lei que reformulou o sistema existente, e, por meio dela, promoveu a junção das duas massas previdenciárias do DF. Além

disso, a reforma da previdência do DF forma um todo com a proposta de reforma da Previdência (PEC nº 287-A), em tramitação na Câmara dos Deputados, caracterizada, sobretudo, pela exclusão social e pela mercantilização do direito social à aposentadoria”, esclarece Cláudio Antunes, coordenador da Secretaria de Imprensa e Divulgação do Sinpro-DF.

**MODIFICAÇÕES** – A primeira parte da LC nº 932/17 trata da instalação da previdência complementar no DF destinada aos(as) novos(as) servidores(as) que ingressarem por concurso público no funcionalismo distrital. A própria LC nº 932/17

define que somente a partir da instauração do DF Previcom – após os trâmites na Previc/Ministério da Fazenda – é que a previdência complementar irá, efetivamente, existir no Distrito Federal.

A segunda parte da LC nº 932/17 promoveu a junção das massas e instituiu regras específicas para os(as) servidores(as) atuais. Todos(as) os(as) servidores(as) distritais fazem parte, agora, do Fundo Financeiro, que terá como garantia um mecanismo denominado Fundo Solidário Garantidor. No site do Sinpro-DF há uma série de matérias, intitulada Aposentadoria no Magistério, que detalha todas as mudanças que as reformas da Previdência local e federal pro-

movem na vida e na carreira do magistério público.

Os(as) novos(as) servidores(as) públicos(as) que entrarem após a instauração do DF Previcom é que serão atingidos pelo RPC. Com o DF Previcom, eles e elas entrarão para o Fundo Capitalizado e contribuir somente até o teto do RGPS. O restante irá contribuir pelo RPC.

Importante observar que a regra de adesão ao RPC é automática, ou seja, quando o(a) novo(a) servidor(a) ingressar no serviço público do DF, ele(a) estará ligado(a) a esse regime automaticamente. Caso não queira participar, poderá pedir para sair. O novo regime, contudo, tem implicações nefastas que prejudicam os(as) servidores(as) novatos(as).



Em primeiro lugar, porque diminui a contribuição patronal.

Antes da reforma de Rollemberg, o GDF pagava 22% sobre toda a remuneração do(a) servidor(a) – tanto no teto do RGPS quanto sobre o valor do salário que ultrapassasse ou fosse superior ao teto do RGPS. Quando o RPC estiver funcionando, o GDF irá pagar 22% somente até o RGPS. O valor da remuneração do(a) servidor(a) que ultrapassar os R\$ 5.531,31, o GDF só irá pagar até 8,5%.

O que significa isso? Segundo as regras do RPC, possivelmente haverá vários planos e, aí, a pessoa poderá escolher como irá contribuir. Importante lembrar que o valor da contribuição dela é o tanto que ela receberá no futuro. E é aí que está o grande problema.

Do lado patronal, segundo a nova lei, a contribuição diminuirá porque a partir da instalação do RPC, o GDF contribuirá com até 8,5% daquilo que ultrapassar o teto. Pelo lado dos(as) trabalhadores(as), o(a) servidor(a) irá contribuir e terá uma fase de benefício e enfrentará vários tipos de riscos.

### RPC traz riscos e insegurança à velhice do futuro servidor

O primeiro risco é que poderá perder todo o investimento feito na previdência complementar porque ela estará ligada ao mercado financeiro. O segundo risco está relacionado às aposentadorias por invalidez, à pensão por morte prematura e à longevidade.

Em caso de invalidez e, principalmente, de morte prematura, o(a) servidor(a) terá uma poupança ainda pequena na previdência complementar.

Assim, se acontecer uma morte prematura, por exemplo, o(a) pensionista receberá uma renda mínima porque o(a) servidor(a) não terá contribuído o tempo suficiente e não há um seguro solidário para assegurar isso. Se as pessoas quiserem fazer um seguro, terão de contratá-lo via banco. Não terá um plano de riscos e nem uma seguridade social com a garantia do Estado.

O terceiro risco é o relacionado à longevidade. Se essa pessoa viver muito, ela não terá uma poupança que cubra os anos a mais do que o plano da previdência complementar dela previu e, com isso, ela poderá ficar sem benefício, porque o RPC do DF não disponibiliza nenhum instrumento de custeio solidário e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) garantirá somente até o teto do RGPS.

A reforma de Rollemberg impôs ao(a) futuro(a) servidor(a) a condição de que se ele(a) contribuir com bastante todo mês, poderá ter uma poupança gorda, porém, vulnerável às variações e falências do mercado financeiro.

“Se contribuir só com pouquinho, terá somente um pouquinho para sua velhice. Se morrer cedo, deixará só um pouquinho para pensão. Se morrer depois dos 80 anos, ou seja, se tiver longevidade, vai faltar dinheiro. E não terá nenhuma seguridade, nenhuma segurança,

nenhum fundo, nada igual ao que acontece hoje com o Sistema de Seguridade Social gerido pelo Estado que tem a concepção do custeio solidário. A saída será a contratação de um seguro com um banco, além da previdência complementar, que estará sujeita aos reveses do mercado”, resume Cláudio Antunes, coordenador de Imprensa do Sinpro-DF.

Essa situação já ocorre desde 2012 para os servidores públicos federais. A diferença é que, para os(as) servidores(as) federais, há um mecanismo que assegura o custeio solidário. A reforma da Previdência de Rollemberg, contudo, retirou esse instrumento de solidariedade, deixando o funcionalismo do DF totalmente entregue ao mercado financeiro.

**CONSELHEIROS DO DF PREVICOM** – O plano de previdência complementar do governo Rollemberg é muito ruim para os trabalhadores, haja vista que até 2019 os conselheiros do Regime de Previdência Complementar serão indicados por ele.

Apesar de a lei dizer que os órgãos que compõe o novo regime são paritários, como,



por exemplo, o Conselho Deliberativo, e tenha voto de qualidade dos patrocinadores (que é quem vai decidir as coisas), ele será constituído, nos três primeiros anos, por membros indicados pelo governador, ou seja, não será paritário justamente no momento de elaboração das regras.

O mesmo acontecerá com o Conselho Fiscal, que também é paritário com voto de qualidade dos(as) servidores(as). Os servidores dos conselhos serão eleitos entre os que fazem parte da previdência complementar. O servidor elegerá servidor. O problema é que até 2019, todos os conselheiros serão indicados pelo governa-

dor do DF até consolidar.

“As pessoas indicadas pelo governador Rollemberg é quem irão elaborar o estatuto do DFPrevicom. Ele vai dominar. Não haverá participação de servidor neste primeiro momento de elaboração das regras e instauração, que serão definitivas. Essa situação é muito preocupante porque ele simplesmente aparelha a previdência complementar. Vale lembrar sempre que esse dinheiro é dos servidores para os servidores. Como o DF Previcom ainda não foi instalado, ainda não sabemos como serão as regras para os(as) servidores(as), alerta Antunes.

*Diretores do Sinpro e professores participam do Dia de luta na Câmara Legislativa*



# ÁGUA: SEDE DE VIVER, SEDE DE SOBREVIVER

*IX Concurso de Redação e Desenho do Sinpro debate a importância da água para a humanidade, buscando soluções para o desperdício e apontando metas para o acesso democrático a este recurso. Com o tópico ganhando cada vez mais destaque no mundo, a temática será debatida em 2018 no Fórum Alternativo Mundial da Água, em Brasília*

Fonte de vida e recurso necessário para a sobrevivência de toda a cadeia humana, a água é um bem natural, vital, insubstituível e imprescindível para a humanidade. Apesar de tanta importância, este recurso tem sido utilizado de forma errada, o que tem impedido sua disponibilidade de uma forma sustentável para todos. Fatores como o desperdício, a poluição e a forma incorreta que muitas vezes a utilizamos nas cidades e no campo tem colaborado com a exclusão social, a pobreza e o acesso democrático à água.

É diante deste cenário e com esta grande preocupação que o Sinpro lança o **IX Concurso de Redação e Desenho**, que em 2018 trabalhará com o tema **Água: sede de viver, sede de sobreviver**. As inscrições estarão abertas no site do sindicato a partir do dia 15 de fevereiro para os estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, que poderão debater a temática na forma de redação ou desenho. A partir deste contexto, os inscritos poderão sugerir formas conscientes para gerir os recursos hídricos; propor maneiras de diminuir as desigualdades em seu repasse e no acesso à água tratada; promover seu uso de uma forma sustentável e, principalmente,

encontrando soluções para acabar com a má utilização desta fonte, da qual brota a vida.

Para a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, com o Concurso de Redação o Sinpro cumpre a tarefa de levar o debate sobre a ameaça da falta de água no planeta para as escolas, discutindo um problema que afeta toda a humanidade. “O problema que estamos passando vai desde os pequenos gestos até o consumo industrial. É a minha forma de escovar os dentes, mas também de como as indústrias tratam isto”, analisa a diretora. “O objetivo é levar esta discussão para dentro das salas de aula, para despertar os estudantes e professores a pensarem a sua prática, encontrando saídas”.

As inscrições estão

abertas para estudantes da Educação Infantil, de 4 e 5 anos de idade, até o Ensino Médio. Cada participante deverá fazer sua inscrição no site do sindicato, porque será gerado um código de identificação, o qual deverá ser usado para preencher a Folha da Redação ou a Folha de Desenho. Essas folhas também serão disponibilizadas pelo Sinpro. Importante lembrar que nem a redação nem o desenho serão aceitos em outro tipo de folha.

Os prêmios serão distribuídos para estudantes vencedores(as) e professores(as) ou orientadores(as) educacionais indicados(as) pelos(as) participantes. É impor-

tante observar que os(as) professores(as) que fazem parte da Comissão Julgadora não podem ter parentes participando do concurso. Formada por professores(as) e orientadores(as) educacionais da rede pública de ensino, a Comissão receberá os trabalhos sem identificação da escola, do nome do estudante ou do professor que orientou o trabalho para garantir a transparência do processo.

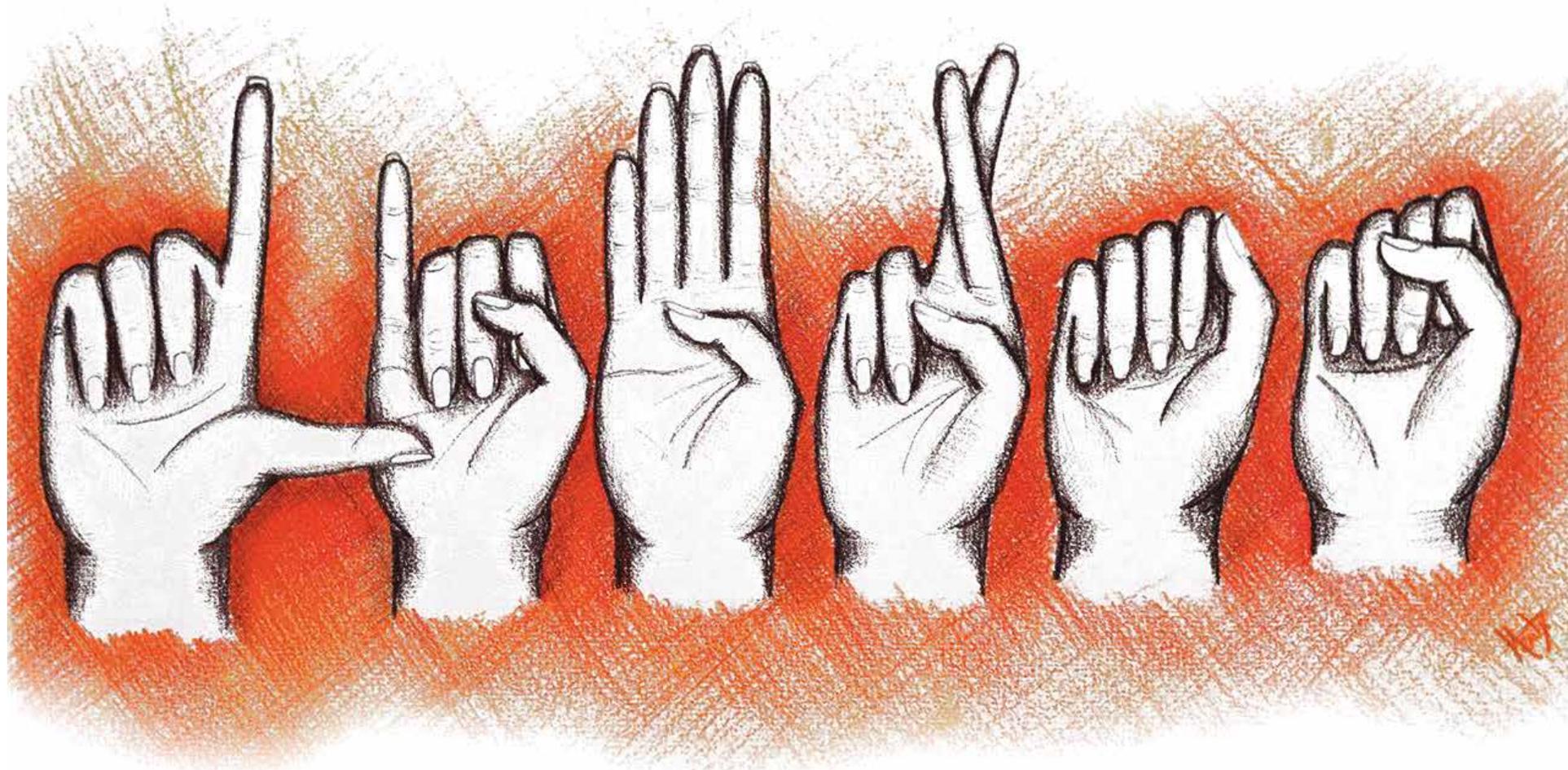
Os(as) estudantes da Educação Infantil, do CEE e classes especiais, bem como os(as) matriculados(as) do 1º ao 3º ano do ensino fundamental/EJA expressarão sua opinião por meio de desenho. Os(as) estudantes do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental/EJA e do Ensino Médio/EJA, por sua vez, discutirão a temática na

forma de redação. As inscrições devem ser feitas via internet para que o(a) inscrito(a) obtenha o código de participante, o qual será utilizado na Folha de Redação como único instrumento de identificação do trabalho.

O coordenador da Secretaria de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes, afirma que o Sinpro tem feito um excelente investimento em proporcionar um concurso em que os estudantes da rede pública possam expressar sua opinião sobre os diversos temas que a educação do DF debate no dia-a-dia da escola. “Este concurso vem com uma temática contemporânea, sobretudo pela participação dos movimentos sociais nos debates sobre a água. Portanto, é uma forma que o sindicato encontrou de oportunizar que cada estudante e professores possam debater este tema que é imprescindível para a humanidade”, conclui Cláudio.

O Concurso de Redação do Sinpro-DF faz parte da Campanha contra a Violência nas Escolas, uma iniciativa do sindicato adotada em 2008 para ensinar, entre os(as) estudantes da rede pública de ensino, a reflexão sobre as causas, as consequências e as soluções para a violência – um problema que afeta toda a sociedade.





# INCLUSÃO DE SURDOS GANHA VISIBILIDADE COM TEMA DA REDAÇÃO DO ENEM, MAS DEBATE DEVE SER AMPLIADO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) trouxe como tema de redação, em 2017, a questão dos desafios para a formação educacional de surdos no Brasil - um debate importante e que poderia ser ampliado sobre a acessibilidade na Educação para todos os tipos de deficiências.

O fato é que o estudante surdo tem direito a aprendizado adaptado às suas necessidades especiais, assim como os alunos com qualquer tipo de deficiência. Está explícito na Constituição brasileira. Garantir esse acesso igualitário e inclusivo é tarefa das escolas e o desafio imposto às instituições educacionais.

Incentivar o debate sobre a formação educacional de surdos no país, por meio da redação do Enem, foi para a comunidade surda, uma pertinente maneira de expor os desafios da realidade de uma minoria que luta por garantias à vida digna e oportunidade no mercado de trabalho. E também refletir sobre o preconceito velado na sociedade.

É importante ressaltar que incluir vai muito além de aceitar a matrícula do aluno com deficiência. A mera presença da criança surda na escola não garante que ela esteja incluída. É preciso adaptar atividades e investir na formação de docentes, por exemplo, além de reforçar a relação entre escola,

família e comunidade.

**INDO ALÉM** – “Mas nós precisamos de uma série de avanços, tanto do ponto de vista pedagógico, na formação dos docentes, quanto em uma discussão social ampla sobre a importância da inclusão. Isso demanda mudanças nos currículos e uma mudança de concepção na sociedade, que traga mais respeito e mais inclusão na sociedade como um todo. Há também a necessidade de recursos para que possamos fazer mudanças estruturais nas escolas para garantir acessibilidade nos prédios públicos, na urbanização das cidades e na colocação de equipamentos específicos

para trabalhar os diversos tipos de deficiências. Todas essas mudanças precisam ser discutidas, não apenas por educadores e estudantes, mas por toda sociedade”, enfatiza o diretor de Políticas Sociais do Sinpro, Yuri Soares, que também é secretário da mesma pasta na CUT Brasília, responsável pelo Coletivo de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência do DF.

**REFORMAS** – O diretor de Administração e Patrimônio do sindicato, Carlos Maciel, mostrou especial preocupação com as pessoas com deficiência frente às contrarreformas encaminhadas pelo governo federal. “Com o trabalho

intermitente e a terceirização das atividades-fim, a reforma trabalhista coloca em risco boa parte dos avanços na contratação de pessoas com deficiências por meio da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91)”, disse.

No caso da reforma da Previdência, os impactos nas aposentadorias são evidentes. A proposta do governo eleva de 15 para 20 anos o tempo de contribuição mínimo para a aposentadoria por idade das pessoas com deficiência. Segundo o Movimento das Pessoas com Deficiência, hoje, com 15 anos de contribuição, este segurado leva 85% da média salarial. Com a reforma, passaria a levar 71%, contribuindo mais.

# APESAR DO DESCASO DO GDF, A LUTA PELO DIREITO À PECÚNIA PROSSEGUE FORTE

*Já são quase dois anos de calote de Rollemberg, que insiste em não cumprir a lei*

Mais um ano começa e o governador Rollemberg prossegue desrespeitando a categoria, que mobilizada, continua pressionando o governo a acabar com o calote que já dura quase dois anos.

“Desde o dia 28 de julho de 2015, começamos uma luta incansável para que o GDF pague a pecúnia destes(as) aposentados(as). Foram muitas rodadas de negociações entre o Sinpro e o governo, passadas, atos, manifestações, vigílias e greve na tentativa de acabar com este calote”, diz Sílvia Canabrava, coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados do Sinpro.

No dia 21 de novembro de 2016, foi realizada uma vigília no



*Ato na Câmara Legislativa do Distrito Federal no dia 15 de janeiro de 2018*

Palácio do Buriti, enquanto ocorria mais uma reunião de negociação, quando na ocasião o grupo foi informado que não houve avanço, resolveu permanecer ali. “Ficamos acampados embaixo da marquise do Palácio até o dia 29 de novembro, data em que o Secretário da Fazenda apresentou um cronograma, no qual quitaria a pecúnia de 2015 em fevereiro de 2017. Desde então, Rollemberg, frequentemente, descumpra os acordos realizados com a categoria”, aponta a diretora.

Rodrigo Rollemberg não abre um canal de negociação, não valoriza o funcionalismo público e tenta colocar a sociedade contra os(as) trabalhadores(as).

## ARTIGO

# ÁGUA! O QUE NÓS TEMOS A VER COM ISSO?

A exploração predatória dos recursos naturais e a crescente destruição do meio-ambiente vêm sendo denunciadas há décadas como uma sentença de morte à qual a humanidade se submete. É preciso que se diga, entretanto, que essa não é uma escolha feita pelos povos do planeta, mas sim, por grandes corporações e governos que veem bons negócios nessa prática destrutiva.

Os ataques contra o meio-ambiente são intrínsecos ao capitalismo, que de tudo se apropria e a tudo atropela para reproduzir. A natureza se torna uma mercadoria barata. O acesso a bens públicos passa a ser restrito a privilegiados.

No Brasil, a crise hídrica ganha contornos trágicos, nem sempre abordados adequadamente pela grande mídia. A tragédia de Mariana continua sem resposta, os agrotó-

xicos utilizados pelos latifúndios continuam se configurando como grave ameaça, os incêndios criminosos continuam sendo praticados no cerrado. Em Brasília, aliás, o racionamento de água é somente a ponta do iceberg. E a culpa não é da natureza, da escassez de chuva ou do acaso: a culpa é da destruição que se intensifica ano a ano, e das escolhas políticas feitas por Rollemberg.

O Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) insere-se no contexto da resistência dos movimentos sociais a esse quadro. Sua própria existência já se traduz em um grito de alerta. O evento acontece paralelo ao autodenominado “8º Fórum Mundial da Água”, em que os grandes grupos econômicos responsáveis por esta realidade se reunirão para abocanhar fontes naturais e serviços públicos de água e sane-

amento por meio da privatização.

Em diversas partes do mundo, movimentos sociais e organizações populares desenvolvem ações de enfrentamento. Essa articulação visa questionar a privatização da água e a consequente exclusão de largas parcelas de população do acesso a ela. O FAMA existirá para reafirmar que a água é um bem natural, do qual depende a vida no planeta.

A participação no FAMA é importante para tomar contato com essa realidade sob uma perspectiva popular. Além da farta disponibilização de informações, lá serão debatidas alternativas e estratégias de superação da triste realidade. Por isso, é muito importante que a escola se envolva com este espaço.

Nós sabemos o potencial que a escola tem para alterar comportamentos. Além do

uso responsável da água, é fundamental que esse debate aconteça nas salas de aula, buscando construir a consciência da comunidade escolar.

Além disso, há questões que nos atingem diretamente e que devem ser compreendidas sob a chave da defesa do meio-ambiente, como a própria questão da merenda. O que nossos(as) estudantes e nós estamos consumindo? O agronegócio tem menos condições de assegurar a qualidade do alimento que vai para as nossas mesas. Portanto, priorizar a agricultura familiar,

além de contribuir para dinamizar a economia local e transferir renda, também favorece a produção de alimentos saudáveis.

O Sinpro, junto com a Frente Brasil Popular, desenvolve um calendário de debates para que Magistério e a escola se envolvam na construção do FAMA, e que isso nos renda bons frutos em defesa do meio-ambiente e da saúde de todos.

**GABRIEL MAGNO**  
– coordenador  
da Secretaria de  
Políticas Sociais



Dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais que se aposentaram no ano de 2016, só receberam a pecúnia aquelas(as) que tiveram suas aposentadorias publicadas nos meses de janeiro e fevereiro do referido ano. O calote de Rollemberg, até este momento, atinge todos(as) os(as) aposentados(as) de 2017 e todos(as) de 2016 (a partir de fevereiro). Eles não receberam o que lhes é de direito.

O calote de Rollemberg aumenta a cada dia, à medida que as aposentadorias vão ocorrendo. Foram 1.178 aposentadorias em 2016 e 1.421 aposentadorias em 2017. Mas o Sinpro continua pressionando para que o governador cumpra a lei. “Durante o último mês de novembro, decidimos acompanhar a agenda do Rollemberg, para denunciar para a população e cobrar dele o cumprimento da lei e que pague a pecúnia”, declara Silvia.

O Sinpro também busca articulações na Câmara Legislativa, para que os deputados distritais se sen-

sibilizem com a situação e apoiem os(as) aposentados(as) contra o calote do governador. O Sindicato vem cumprindo o seu papel em defesa e luta pela garantia dos direitos da categoria.

#### ENTENDA

A cada cinco anos de efetivo exercício, os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais têm direito a três meses de licença prêmio por assiduidade. Ao contrário do que é veiculado pela mídia golpista, esses(as) trabalhadores(as) não usufruíram dessas licenças porque foram impedidos pela SEE, uma vez que a mesma teria que contratar profissionais para substituí-los e não porque optaram em deixar este benefício se transformar em pecúnia. A Lei nº 840/2011 determina que após a publicação de aposentadoria do servidor, as licenças prêmio não usufruídas transformam em pecúnia e o GDF deve pagá-las em até 60 dias.

**PRESSÃO NA LOA** - No dia 15 de janeiro de 2018, o Plenário

da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou, em sessão extraordinária, créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual (LOA) provenientes do Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Iprev).

De acordo com a coordenadora de Finanças do Sinpro, Rosilene Corrêa, “conseguimos recursos de R\$ 9 milhões mensais para pagar pecúnias e mais uma emenda que os deputados distritais se comprometeram em apresentar como complemento de recurso para pagamento das pecúnias. Trata-se de mais uma etapa na luta pelo pagamento da pecúnia”, observou a diretora.

A emenda assinada por diversos parlamentares acabou aprovada, destinando R\$ 73 milhões para o pagamento das pecúnias devidas ao pessoal da Educação e Saúde, ou seja, R\$ 36,5 milhões para cada área.

O cronograma com as datas de pagamento e número de servidores contemplados ficou de ser apresentado pelo GDF a partir de fevereiro.

## LUTAR, SEMPRE!

Quando um sindicato é combativo e a categoria unida, resultados positivos aparecem – mesmo quando o cenário é adverso.

Aqui vão dois exemplos.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproessemma) fechou 2017 com importantes conquistas. De acordo com o presidente da entidade, Raimundo Oliveira, “o grande avanço foi a recomposição salarial diante de um quadro de crise no Brasil. Tivemos uma recomposição de 8% para ativos e aposentados”. O Sinproessemma também assegurou progressão para 5.559 educadores da rede estadual; promoções e titulações; gratificação de 30% para professores da educação especial; amplia-

ção e unificação de matrícula.

Por sua vez, a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás (Sintego), Bia de Lima, ressalta que o Sindicato continua na luta pela valorização dos professores e servidores administrativos. Ela enfatiza a luta do Sintego contra as OSs que, passados quase dois anos, não permitiu que nenhuma escola da rede estadual fosse privatizada.

Os dirigentes afirmam que “é preciso reagir, sempre! Fazer os enfrentamentos necessários para que conquistas históricas não escoem pelo ralo. Chega de prejuízos à classe trabalhadora desse país! Que todos, juntos, possamos ter mais vitórias. Mas, para tanto, precisamos estar conscientes da necessidade de união e de luta”.

#### ARTIGO

# NOVA BNCC REPRESENTA RETROCESSO PARA A EDUCAÇÃO

Nesse momento de grave crise que o Brasil atravessa, fruto de um golpe de Estado, todos os setores estão sendo fortemente afetados. O da Educação é um dos mais prejudicados. O primeiro ataque foi a reforma do Ensino Médio. Em seguida, o desmanche do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação. E, depois, a desconstrução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) democrática.

Os ataques são privatistas e mercantilistas e têm sido direcionados, especialmente, às escolas públicas e, dentre eles, uma ofensiva fundamentalista sistematizada no Programa Escola Sem Partido.

É nesse contexto de profunda onda de privatização, de transformação de direitos sociais em mercadoria, que o governo ilegítimo aprovou, no fim de 2017, a nova

BNCC. De características profundamente conservadoras, a mesma representa risco à liberdade de cátedra e à autonomia dos(as) professores(as), e, principalmente, significa o fim da gestão democrática.

A BNCC que, a rigor, deveria ser fruto de uma discussão coletiva, envolvendo todos os setores diretamente ligados à educação e à sociedade organizada está sendo, autoritariamente desconstruída e redirecionada para um caminho inverso. Setores ligados ao ensino privado e movimentos religiosos fundamentalistas têm assumido com protagonismo esse enfrentamento, excluindo o debate a respeito de uma escola inclusiva, antirracista, laica, democrática e socialmente referenciada.

Isso explica o esvaziamento do Fórum Nacional de Educação – uma instituição histórica na luta

pela educação de qualidade e socialmente referenciada, por meio da qual a sociedade buscava construir mediações com governos e conferir uma política educacional desenvolvida em cada município a partir da escuta (conferências) da população.

Na atual versão da BNCC, apresentada pelo Ministério da Educação, há um retrocesso sem precedentes, que exclui menções ao combate à discriminação de gênero, dentre várias outras subtrações de princípios norteadores de uma sociedade livre, democrática e comprometida com o respeito a seu povo. Um exemplo desse retrocesso é que, de acordo com a nova BNCC, temas, como “gênero e sexualidade”, passarão a ser discutidos numa perspectiva religiosa, desconsiderando o caráter sociológico,

cultural, científico e histórico.

No entendimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o texto causa grandes prejuízos à educação infantil e ao ensino fundamental; contraria tudo o que a entidade, juntamente com a categoria docente, vem lutando há décadas para construir no país. O novo texto da BNCC atropela o ideal de fortalecimento de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e socialmente referenciada, bem como o princípio de uma educação transformadora e cidadã.

Em tempos de democracia golpeada,

**BERENICE D'ARC JACINTO**  
– coordenadora da  
Secretaria para Política  
Educativa do Sinpro-DF

precisamos fortalecer nossa unidade. Diante dessa nova realidade, o momento exige um contra-ataque efetivo, que enfrente e desconstrua e projeto arcaico e escravagista em curso, perverso, que rouba de milhões de crianças

e adolescentes o direito de ter uma escola verdadeiramente transformadora e socialmente justa.



# PROFESSORES TRANSFORMAM ESCOLA EM ARENA DE CIDADANIA

*Com criatividade, docentes driblam o fundamentalismo e realizam conferências para discutir homofobia, lesbofobia, cultura do estupro e violências infanto-juvenis na escola*

Isabela da Silva, 14 anos, é uma criança negra que decidiu não mais ir à escola. O material escolar, o trajeto para a escola, o uniforme, tudo lhe causa pânico. Abandonou o Centro de Ensino Fundamental (CEF), no Gama, por causa das agressões que sofreu em razão da cor de sua pele e da orientação sexual. Ela integra o elevado índice de evasão escolar de 2017 no Distrito Federal, em virtude da violência de gênero, da orientação sexual e do racismo.

A “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), indica que 73% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual e 68% por sua identidade de gênero. Para piorar, em junho de 2017, o Ministério da Educação (MEC) cortou a homofobia da lista de preconceitos que devem ser combatidos com a educação.

Com isso, alterou o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – um documento que orienta o que as escolas públicas e privadas devem ensinar em sala de aula. A nova versão está fortemente influenciada por ideias partidárias e fundamentalistas do Programa

*Acesse o conteúdo amplo!*



*Estudantes do Centro Educacional 02, do Cruzeiro, participaram de conferência que colocou a homofobia em debate*

Escola sem Partido (ESP).

“O ESP é totalmente partidário. Retira, do fazer pedagógico, as lutas sociais e históricas necessárias para o enfrentamento desses problemas sociais, como o racismo, a homofobia, a lesbofobia, a violência sexual, a cultura do estupro e não colabora com o enfrentamento da violência”, afirma Adriana Miranda, professora de história do Centro Educacional 02 (CED 02), do Cruzeiro.

Ela é uma das professoras do grupo de docentes do CED 02, do Cruzeiro, que, na contracorrente do conservadorismo, busca impedir a evasão; a minimizar a violência na escola; e a transformar a unidade de ensino em ambiente de construção da cidadania. No ano passado, esse grupo realizou conferências sobre os temas que o governo retirou da BNCC, mas fazem parte do dia a dia brasileiro.

O grupo concluiu que seria importante usar o espaço da escola não só para repassar conhecimento científico mas também para discu-

tir a sociedade, motivar o senso crítico e trazer especialistas em assuntos que pudessem repassar informações novas e estimular mais reflexões. “Ou seja, transformar a escola, também, numa arena de cidadania e debate público”, diz Leonardo Fialho, professor de filosofia do CED 02, do Cruzeiro.

Regina Célia Pinheiro, diretora de Política Educacional do Sinpro-DF, lembra que, embora as conferências integrem os Projetos Político-Pedagógicos, houve uma tentativa, por parte da comunidade escolar, de impedir sua realização. “Foi necessária a presença do Sinpro-DF na primeira edição, que versou sobre homofobia. Nessa, a presença do sindicato teve mais o objetivo de assegurar a realização da conferência de forma tranquila e segura”, comentou.

**CONFERÊNCIAS** – A I Conferência Contemporânea do CED 02 LGBT, realizada no fim do primeiro semestre, debateu a homofobia e o

cia que esse preconceito produz, exaltar a liberdade de escolha, o respeito pelas diferenças, então, trazer, no rol desse debate, uma série importante de situações para o indivíduo refletir sobre sua posição na sociedade”.

Na segunda, realizada em agosto e intitulada II Conferência Contemporânea CED 02 Violência Infanto-Juvenil, tratou-se de mostrar como a cultura do estupro e da violência sexual transpassa a história do país, desde que o território foi invadido por europeus e fundado o Brasil e permanece até hoje. Contou com a participação de Perla Ribeiro, da Subsecretaria de Promoção de Políticas para Criança e Adolescente do Governo do Distrito Federal (GDF); e de Adriana Miranda, professora de história do CED 02, Cruzeiro, que organizou a conferência.

Além de traçar o histórico e trazer números dessa violência, buscou-se mostrar que esse tipo de situação só vai mudar quando todos se responsabilizarem. “É preciso esclarecer que algumas práticas consideradas normais e naturais, na verdade, são práticas machistas, abusivas. E se elas foram construídas, elas podem ser desconstruídas”, diz a professora.



# ANO LETIVO SE INICIA COM DEFASAGEM DE PROFESSORES E ORIENTADORES EDUCACIONAIS

*Em 2017, o número de aposentadorias chegou a 1.421, porém, Rollemberg só nomeou 193 educadores*

O ano é novo mas a notícia é velha, recorrente. Rodrigo Rollemberg prossegue precarizando a educação pública ao nomear um número irrisório de professores(as), para repor as aposentadorias. No caso dos(as) orientadores(as) educacionais, a situação é simplesmente patética: dos 1.058 aprovados no concurso homologado em 2015, apenas 5 foram nomeados.

“Esse modelo de gestão de Rollemberg desvaloriza o servidor público e com isso, o GDF precariza o serviço público, prejudicando, principalmente, o estu-

dante, uma vez que o trabalho educacional com os estudantes não se resume às salas de aula. Várias escolas possuem espaços destinados para o(a) orientador(a) educacional, mas pela ausência destes profissionais, estes locais estão ociosos ou subutilizados por culpa do GDF” atesta Luciano Matos, diretor do Sinpro.

Para Meg Guimarães, diretora do Sinpro, “é inadmissível que essa situação continue. Em 9 anos foram nomeados apenas 5 orientadores educacionais. Nem o número de 50 orientadores previs-

tos no edital do concurso foi alcançado. O Sinpro reitera a posição de luta pelas nomeações, pois não aceitamos este descaso e irresponsabilidade deste governo. Faltam mais de 500 orientadores(as) educacionais na rede pública”, afirma Meg Guimarães.

O Sinpro cobra nomeações em um número expressivo. No caso dos(as) professores(as), no governo Rollemberg foram mais de 3 mil aposentadorias (1.421 apenas em 2017) e poucas nomeações de professores(as), menos de 700 no período. E o problema

deve se agravar neste ano.

“O GDF comete irregularidade ao substituir o professor efetivo que se aposenta pelo professor temporário. Ele vai contra a Lei ao não substituir professores aposentados, exonerados e que faleceram por outros concursados. Enquanto isso o déficit de professores na rede se aproxima de 3 mil. E a tendência é do agravamento deste problema, por isso o GDF precisa aumentar as nomeações. Em 2018, estão previstas 3 mil aposentadorias de professores”, aponta Samuel Fernandes, diretor do Sinpro.

“Em 2018, teremos um concurso público (2013) perdendo a validade. São inúmeras pessoas que podem ser nomeadas para reforçar o quadro de professores no DF. No caso da disciplina de Educação Física, a situação é uma tragédia anunciada. Caso estes concursados não forem nomeados até meados de julho de 2018, a rede pública ficará sem professores desta disciplina no banco de concursados, por pelo menos dois anos, tempo médio que tem levado para um concurso da SEEDF ser realizado”, ressalta Cláudio.



# PROFESSORES E ORIENTADORES

# CONVOCA JÁ!



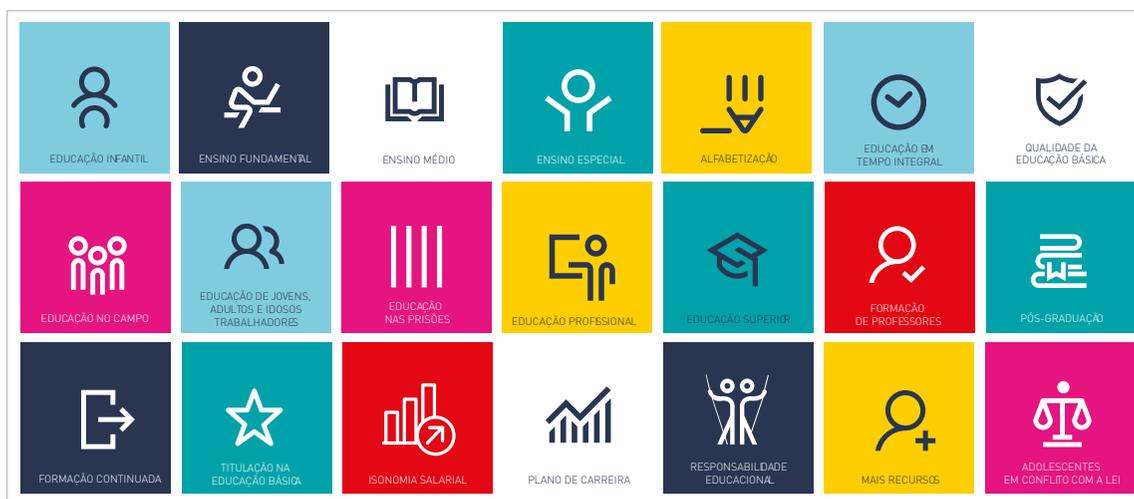
# O PDE REGRIDE NO GOVERNO ROLLEMBERG

Júlio Barros, diretor do Sinpro, aponta como está a implementação das metas no DF



## OBSERVATÓRIO PDE

21 METAS PARA A  
EDUCAÇÃO DO FUTURO | O DESAFIO É  
DE TODOS NÓS



“Obviamente, que defendemos à execução na íntegra de todas as metas e estratégias. Porém, eu quero destacar que está extremamente atrasado (em quase 2 anos) por parte do Poder Executivo, o encaminhamento junto à Câmara Legislativa do DF, das seguintes leis, que reza o artigo 11 do PDE: I- *de adequação da Lei da Gestão Democrática*, na qual esperamos acabar com algumas distorções, como por exemplo, a equipe diretiva (aí incluindo também os coordenadores pedagógicos) ocupar a sala de aula na ausência do docente; mudar a composição do Conselho de Educação do DF, nós não temos nenhum pai/mãe e/ou responsável de estudante ocupando assento no CEDE, neste sentido, queremos criar o CRECE (Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares), e nem uma representação autêntica dos estudantes; II- *Lei do Sistema* Distrital de Educação, somos talvez a única unidade da Federação que não tem sua lei estadual, no nosso caso, distrital, de educação, aí toda a nossa educação é regida por circulares, portarias, decretos, documentos, que não têm a força da lei, não garante à continuidade das políticas públicas educacionais; III- *Lei de Responsabilidade Educacional*, basta de desrespeito sistemático, por parte do governo às leis, e ficar por isso mesmo, sem sofrer penalidades por esses descasos com o cumprimento das leis! Bem, felizmente, com relação ao PDAF já conseguimos transformá-lo em

lei”.

Confira o descaso de Rollemberg com as metas do PDE

**Meta 1: Sobre creches (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos).**

“Uma das maiores dívidas educacionais do DF encontra-se na creche. Os dados são cruéis! Da população de crianças de 0 a 3 anos (149.876/Censo de 2010), os dados de matrículas apontam somente 26.784 (Censo Escolar/2015), ou seja, uma demanda reprimida de 82,1%! Sem falar nas aberrações: Planaltina tem 4,6% de matrículas, enquanto o Lago Sul possui 130,4%. Não promove a igualdade de oportunidades entre as crianças de diferentes classes sociais e territórios geográficos. Não prioriza as regiões de

maior vulnerabilidade social.

A Lei nº 5.672/2016, que institui o programa Bolsa Educação Infantil-Pré-Escola, destinado ao atendimento de crianças de 4 e 5 anos, não está funcionando devido à ‘falta de recursos’. Não existe um cadastro único com informações das secretarias com atuações afins e aí o governo se limita a fazer levantamento somente a partir da procura por vagas no 156. O resultado é o GDF fazer propagandas enganosas dizendo, que universalizou as matrículas de 4 a 5 anos. Isso causa um prejuízo irreparável à parcela mais carente da população. Estima-se que uma divulgação maior da oferta educacional para os anos iniciais da Educação Infantil, aumentaria o percentual de não atendimento”.

**Meta 2: Garantir o acesso universal, a partir de 6 anos de idade, ao ensino fundamental de**

“O percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio é de apenas 56,3%”.

**Meta 4: Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência.**

“A CODEPLAN não faz pesquisas referentes a pessoas com deficiências! (Usamos aqui o Censo Demográfico do IBGE 2010). Então, como obter informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência? Com os dados que temos, o percentual da população com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação que frequenta a escola é de 9,71% (2016). Nas classes comuns da educação básica, 76,49% estão matriculados”.

**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º ano do Ensino Fundamental.**

“Visando elevar os índices de leitura e escrita dos estudantes no Ensino Fundamental, foi implantada nas unidades escolares do DF, a partir de 2014, a adoção da organização escolar em **ciclos**, em substituição ao **regime seriado**, consequentemente, a medida procura reduzir os índices de reprovação escolar. Em 2018, todas as unidades escolares, obrigatoriamente, por meio da Circular nº 35/2017, terão que organizar seu trabalho pedagógico em ciclos”.

**Meta 6: Ensino em tempo integral.**

“A SEDF não garantiu a estrutura necessária para manutenção e ampliação da educação em tempo integral, preconizada no PDE; ao invés de aumentar em 10% de 2015 para 2016, como prevê o PDE, reduziu em 8,2% no período”. O Percentual de esco-

**Defendemos à execução na íntegra de todas as metas e estratégias**



**Acesse o observatório do PDE!**

**9 anos, e a conclusão dessa etapa até os 14 anos.**

“Não existem laboratórios de ciências e nem de informática em todas as unidades de ensino. Em 2016 tínhamos somente 79 escolas urbanas e 03 rurais, com laboratórios de ciências”.

**Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.**

las públicas, com turmas que permanecem no mínimo 7 horas em atividades escolares, são 39,37% (2016), abaixo da meta de 60%”.

**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades.**

“Fazemos críticas ao uso de programas de governos, por considerarmos que o PDE é política de Estado”.

**Meta 8: Garantir a educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal.**

“O GDF não estimula a oferta do ensino fundamental para as **populações do campo!** Não amplia as estruturas físicas existentes e nem a construção de novas unidades escolares”.

**Meta 9: 75% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores.**

“A maioria das estratégias, ainda

nem foi iniciada”.

**Meta 10: Garantir a oferta de escolarização às pessoas jovens, adultas e idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade no sistema prisional.**

“Após a criação da unidade escolar pública específica para o Sistema Prisional do DF, não foi garantida a aplicação da Lei de Gestão Democrática”.

**Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.**

“Das 17 estratégias desta meta, as executadas são quase zero, como por exemplo a 11.14 que fala da ampliação do quadro de profissionais para a educação profissional”.

**Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%.**

**Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e douto-**

**res do corpo docente.**

“Até hoje a Universidade Distrital não saiu do papel! Assim como, as **metas 14, 15 e 16** que tratam da formação dos profissionais da educação”.

**Meta 17: Valorizar os profissionais da educação de forma a equiparar seus vencimentos básicos, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do DF.**

“Nada foi feito! Só para se ter uma ideia, das 29 carreiras com nível superior, a do magistério está na última colocação! É necessário um reajuste de 84,97% para a meta ser cumprida. Sobre o plano de saúde, só ‘estudos’!

**Meta 18: Adequar, no prazo de 2 anos, os planos de carreira dos profissionais da educação do Distrito Federal, mediante os compromissos assumidos neste Plano.**

“O governo formou comissão

unilateral para ‘adequar’ o nosso plano de carreira...”

**Meta 19: Até um ano após a publicação deste Plano, adequar a ele a Lei de Gestão Democrática.**

“O GDF ainda não protocolou os Projetos de Lei de adequação da Lei de Gestão Democrática; sobre o Sistema Distrital de Educação e de Responsabilidade Educacional”.

**Meta 20: Investimento Público em Educação Pública.**

“O governo não eleva o orçamento da educação pública. Não aplica os patamares do PIB estabelecidos na meta; não institui o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como indicador dos investimentos orçamentários para a educação, capaz de conduzir à concretização das metas do PDE. Não garante aumento dos recursos vinculados à educação de 25% para no mínimo 30% da receita resultante de impostos. E, com

relação ao Fundo Constitucional, o governo Rollemberg não garante sua execução equitativa à luz dos preceitos constitucionais”.

**Meta 21: Garantir, já no primeiro ano de vigência deste Plano, 100% do atendimento escolar para todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa e internação cautelar.**

“Não é garantido atendimento escolar para todos os adolescentes que cumpre medida socioeducativa em tempo integral.

Enfim, somente um governo que colocar a educação como prioridade na prática, fará que o PDE se transforme em uma realidade concreta, e como estamos constatando, não é o caso do atual, mas sigamos na defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, laica, emancipatória e de qualidade social”.

## ARTIGO

# PDAF: A LUTA FEZ A LEI!

A Lei do PDAF, Nº 6.023/2017, de 18/12/2017 (DODF/18/12/2017), carrega forte mensagem de inclusão social e escolar. O Sinpro-DF foi a entidade de maior protagonismo na elaboração da Lei do PDAF, que está intimamente ligada à Lei de gestão democrática (Lei nº 4.751/12) e fundamentalmente à Lei do Plano Distrital de Educação (Lei nº 5.499, de 14/07/2015 – DODF 15/07/2015), pois a Lei do PDAF foi exigência do artigo 11 do PDE.

Foi o Sinpro-DF que apresentou minutas de projetos de leis sobre todas essas citadas acima, sobre as quais as Conferências de Educação, o Fórum Distrital de Educação e a Câmara Legislativa do DF pautaram seus trabalhos. Além disso, fez todo o trabalho de pressão, mobilização e negociação e, por último, ocupou as galerias da CLDF no dia

31 de outubro/2017, quando o projeto de lei que regulamenta o PDAF foi aprovado com 19 votos favoráveis em 2º turno e redação final.

O PDAF orienta-se pela observação e pela aplicação do princípio da *autonomia* na gestão escolar, considerando a perspectiva da *gestão democrática*. A lei do PDAF constituiu-se como mecanismo de descentralização financeira, de caráter complementar e suplementar, destina-se a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática na rede pública do DF. É fundamental destacar a valorização de instâncias da gestão democrática, como a *Assembleia Geral e o Conselho Escolar*, como também do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

O PDAF vai desburocratizar e dar celeridade à disponibilização de recursos porque, com decre-

tos, poderia mudar a qualquer momento, e com a lei não. Ela estabelece os prazos, as quantias e os critérios mais justos de repasses, dando segurança do recebimento. A expectativa é acabar de vez com a rotina de atraso do governo nos repasses, exemplo do caso da 2ª parcela de 2017. Espera-se que o Poder Executivo cumpra a Lei e libere os recursos em tempo hábil.

Com a aprovação do PDAF, são inúmeros os avanços. Só para citar alguns:

\* sobre a liberação de recursos financeiros;

I - a 1ª parcela até o 20º dia após a publicação da programação orçamentária e financeira do exercício;

II – a 2ª parcela até o 20º dia do 2º semestre;

\* os recursos oriundos de emendas parlamentares serão liberados ao longo do ano *diretamente* às escolas, os recursos do PDAF não podem ser diminuídos em face aos eventuais aportes oriundos de emendas parlamentares, e fica vedado bloqueio e contingenciamento dos recursos do PDAF;

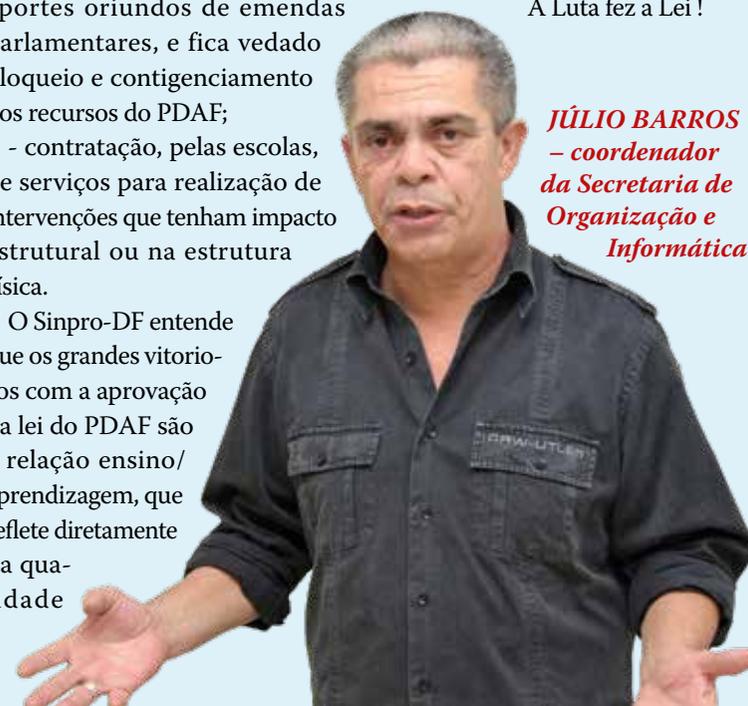
- contratação, pelas escolas, de serviços para realização de intervenções que tenham impacto estrutural ou na estrutura física.

O Sinpro-DF entende que os grandes vitoriosos com a aprovação da lei do PDAF são a relação ensino/aprendizagem, que reflete diretamente na qualidade

de ensino, todos os segmentos da comunidade escolar e, especialmente os(as) gestores(as). Com muito orgulho dizemos em alto e bom som:

A Luta fez a Lei!

**JÚLIO BARROS**  
– coordenador  
da Secretaria de  
Organização e  
Informática



# ROLLEMBERG E TEMER: ALIANÇA PARA ACABAR COM OS DIREITOS

# 2015

Rodrigo Rollemberg (PSB) adotou, no Distrito Federal, o “choque de gestão” como modelo de administração pública, que se baseia no setor privado para gerir políticas públicas como se o Estado fosse igual a uma mera empresa privada. Congelou reajustes e atrasou, várias vezes, o pagamento de salários e buscou, insistentemente, reduzir a participação do DF na gestão de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, previdência, entre outros.

Deixou o DF vulnerável e desfalcado de políticas públicas para as quais a população paga impostos. Com uma obsessão frenética para atender às políticas excludentes neoliberais, ele promoveu o enxugamento da máquina administrativa em todos os setores, com drásticas reduções de despesas, não contratação de concursados, entre outras ações, que revelaram uma gestão inconsequente, sem compromisso com a população, e, principalmente, comprometida com o golpe de Estado aplicado pelos partidos políticos neoliberais.

Rollemberg se alinhou, desde o início, ao governo ilegítimo de Michel Temer em todos os aspectos: apoiou o golpe e todas as reformas que retiraram direitos educacionais, trabalhistas e sociais. Apoiou de forma irrestrita e declarada a reforma Trabalhista e o congelamento de investimentos públicos por 20 anos nas áreas de saúde e educação e toda a política entreguista do governo ilegítimo, que busca atingir seu ápice, em fevereiro de 2018, com a reforma da Previdência, que irá acabar com o direito do trabalhador brasileiro à aposentadoria.

Confira na Linha do Tempo o trajeto neoliberal de um governo que, em 3 anos, busca privatizar serviços públicos e mercantilizar direitos humanos.

jan/2015  
GDF não paga as férias dos professores

jan/2015  
GDF modifica data do pagamento dos salários e parcela salários

fev/2015  
GDF não paga as férias e professores decretam greve no primeiro dia de aula



mai/2015  
Governo não reajusta auxílio-alimentação

mai/2015  
Governo começa atraso dos pagamentos das pecúnias dos aposentados

set/2015  
GDF dá calote na inscrição do PAS para estudantes da rede pública



out/2015  
GDF dá o calote no reajuste salarial; Professores e orinetadores entram em greve

out/2015  
Massacre do Eixão



# 2016

fev/2016  
PECÚNIA - Professores(as) aposentados(as) realizam manifestação na residência oficial de Águas Claras

mai/2016  
GDF não reajusta auxílio-alimentação pelo segundo ano seguido

ago/2016  
Golpe afasta presidenta Dilma e governo golpista inicia desmonte do Estado



1000 dias ser  
al

# 20

19/  
Votação  
Pre

\*  
a

an/2018  
m reajuste do auxílio-  
alimentação

018

fev/2018  
da Reforma da  
vidência\*

data provável



**set/2016**  
GDF tenta implantar terceirização na escola pública via Banco Itaú

**out/2016**  
Professores e estudantes protestam contra a PEC 241 (congelamento dos investimentos em educação e saúde); cresce ocupação de escolas no DF e em todo o Brasil



**jul/2017**  
Golpistas aprovam Reforma Trabalhista

**jul/2017**  
GDF deixa escolas sem PDAF e problema não é sanado ao longo do ano

**set/2017**  
Servidores realizam ato contra PLC do Espanto



**set/2017**  
Rollemberg muda lei para sacar dinheiro do IPREV

**out/2017**  
Desesperado, Rollemberg apela ao STF para barrar reajuste de professores

**dez/2017**  
Pressionado por trabalhadores, Temer adia votação da Reforma da Previdência



**nov/2016**  
PECÚNIA - Professores aposentados ocupam marquise do Palácio do Buriti durante 9 dias

**dez/2016**  
Reforma do ensino médio precariza a educação para a população carente/trabalhadora



**maio/2017**  
Pressão dos trabalhadores faz Temer determinar ocupação das ruas pelo exército

**jun/2017**  
Professores aposentados realizam vigília no Palácio do Buriti



**mar/2017**  
Greve Geral Nacional da Educação abre ano de lutas contra as reformas do governo Temer

**abr/2017**  
#OcupaBrasília - trabalhadores de todo o país se manifestam contra as reformas Trabalhista, da Previdência e do ensino médio



**dez/2016**  
Diretora do Sinpro repudia retirada de dinheiro do Iprev

**dez/2016**  
Ano letivo termina sem nenhuma nomeação de orientadores educacionais

2017

# CONAPE É REAFIRMADA COMO ESPAÇO DE LUTA CONTRA OS GOLPES NA EDUCAÇÃO

*A Conferência Distrital de Educação será realizada nos dias 23 e 24 de março, na EAPE*



*Espaço de resistência, a Conape lutará por um sistema de educação pública, hoje ameaçado*

Diante dos intensos ataques que têm sido desferidos contra a educação pelo governo Michel Temer e do escancaramento dos processos privatistas, a retomada das discussões políticas públicas para o setor com a participação plena da sociedade e a organização de espaços de resistência, como o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), são fundamentais. A Conape é o espaço de resistência porque é onde se pode reunir o maior número de pessoas, para lutar por um sistema de educação pública, hoje ameaçado.

O Brasil, fruto de séculos de exclusão, é ainda hoje um país de riqueza extremamente concentrada, de disparidades regionais e sociais enormes. A luta por uma educação pública universal,

laica, gratuita e de qualidade, da primeira infância à pós-graduação, é fundamental para a construção de uma outra realidade, menos injusta e mais solidária.

Neste ano de 2018 estava prevista a realização de uma nova Conae, coordenada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE). Entretanto, com o desmonte do FNE promovido pelo atual governo e, portanto, com a descaracterização da Conae/2018 como um espaço democrático de debate, aquelas entidades, reunidas em um Comitê Nacional em Defesa da Educação, decidiram promover a Conferência Nacional Popular de Educação, Conape/2018, que dará continuidade às iniciativas anteriores, tendo como meta garantir o aperfeiçoamento e a implementa-

ção do Plano Nacional de Educação (PNE), a implantação de um Sistema Nacional de Educação que possibilite o fortalecimento da educação pública e a regulamentação do ensino privado. “A Conape tem fundamental importância para a mobilização, a resistência, a aglutinação de forças e o diálogo necessário com a socie-

dade, que precisa assumir a defesa da escola pública”, diz Júlio Barros, diretor do Sinpro.

Será fundamental traçar coletivamente, ademais, os rumos da resistência, com o combate sem tréguas aos pesados retrocessos que o governo federal tenta impingir à educação e às áreas sociais no Brasil.

## A luta por uma educação universal e de qualidade

A mobilização social em torno da democratização dos direitos, no que tange à educação, tem uma pauta importante de lutas, que hoje ganha centralidade diante do agravamento da conjuntura de ataque direto aos serviços públicos e de favorecimento da privatização em todos os níveis e setores:

1. o fim do congelamento dos investimentos em áreas sociais, conforme imposto em 2016 pela Emenda Constitucional nº 95 (EC nº 95/16), com a sua imediata revogação;
2. o fim do financiamento público para investimentos privados na **área da educação**, em detrimento do fortalecimento do ensino público;
3. a regulamentação do ensino privado, sob as mesmas exigências legais aplicadas à escola pública;
4. a exigência de qualidade tanto no ensino a distância quanto nos cursos de curto prazo, impedindo tentativas de tratar a educação, nesse âmbito,





Conferência realizada na sede do Sinpro-DF

- como mera mercadoria, desvalorizando-a;
5. a garantia da implantação de planos de carreira para os(as) Profissionais do Magistério, com a promoção da necessária valorização dos respectivos profissionais;
  6. a luta sem tréguas contra o movimento 'Escola Sem Partido' e as 'Leis da Mordaca';
  7. a luta contra a 'Base Nacional Comum Curricular' proposta pelo atual governo, que exclui temas sociais sensíveis e engessa o currículo;
  8. a luta contra a 'Reforma do Ensino Médio' em curso, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes, torna tecnicista o ensino público, desvaloriza os(as) professores(as) e acentua o avanço privatista sobre a educação básica, além de atentar contra a soberania nacional, ao submeter questões estratégicas como formação docente e currículos à ingerência do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e

9. Desenvolvimento (Bird); a luta contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e todos os ataques aos direitos trabalhistas;
10. a luta pelo fim da interferência do Ministério da Educação no Fórum Nacional de Educação, com a reconstituição de sua composição original.

Resistir e avançar, por uma educação pública, laica, gratuita, inclusiva e de qualidade **é o compromisso de todas as entidades que organizam a Conape. Júlio Barros enumera alguns dos desafios deste movimento:**

- efetivação das leis para o fortalecimento da educação pública, em todos os níveis e modalidades;
- investimento público voltado para o ensino público — contra o fortalecimento do setor privado com gastos públicos;
- implantação de um Sistema Nacional de Educação;
- valorização da formação e da carreira docente

- na rede **Pública**;
- liberdade de expressão no processo de ensino — contra o movimento 'Escola Sem Partido' e suas leis da mordaca;
  - garantia do acesso e permanência do ensino médio enquanto ensino básico — contra a instituição das reformas que o sujeitam ao mercado;
  - respeito à diversidade e pela construção democrática da BNCC — contra a padronização do currículo e o modelo de gestão empresarial nas escolas.

- pelos direitos trabalhistas constitucionais — contra a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização dos serviços;
- a revogação dos decretos que retiram do FNE sua base de representação social e descaracterizam a Conae/2018 — contra a interferência autoritária do MEC.

## CONAPE/ETAPA BRASÍLIA

Primeiramente, **é necessário** esclarecer a posição do Sinpro com relação à participação na CONAE 2018. Considerando que após a publicação no Diário Oficial da União, do Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e da Portaria nº 577 de 27 de abril de 2017 que, respectivamente, desconstrói o calendário da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2018) e desfigura o Fórum Nacional de Educação (FNE) estabelecido pela Lei nº 13.005/2014 (Lei do Plano Nacional de Educação 2014-2024), e que, entidades preocupadas com a defesa e a promoção do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todo cidadão e toda cidadã decidiram se retirar coletivamente do FNE e construir o FNPE e Conape. "O Sinpro por entender como inaceitável que a sociedade civil tolere intervenções unilaterais e autoritárias em espaços e processos participativos

de construção e monitoramento e avaliação de políticas educacionais, sob pena do enfraquecimento irreversível da democracia brasileira, já maculada pelos acontecimentos recentes, tomou a posição de *não participar na Conae 2018*, e defenderá junto ao Fórum Distrital de Educação (FDE) essa proposta", explica Júlio.

A Conape, no contexto do DF, iniciou-se com uma forte sensibilização por parte do Fórum Distrital de Educação (FDE), que fez seu lançamento no dia 12 de setembro em evento realizado na EAPE. Foram realizadas Plenárias Escolares em um número expressivo de escolas públicas. Já entre os dias 21 a 23 de novembro aconteceram 15 Conferências nas cidades com a participação de em torno de 600 representantes das escolas, ou seja, quase 100%, já que são 663 em todo o DF. Também foi realizada, pelo Sinpro, uma excelente Conferência Livre de Educação dos Profissionais do Magistério com a presença de 200 educadores. "A Conape/Etapa Brasília está se caracterizando por impulsionar e integrar a participação dos segmentos, a partir de um diálogo franco e transparente de análise do desmonte das políticas educacionais, por parte do governo golpista de Temer", diz o diretor.

Agora é o momento de preparar a Conferência Distrital de Educação (nos dias 23 e 24 de março, na EAPE), onde será eleita a delegação rumo a Conape etapa nacional, em abril, em Belo Horizonte.



# BRASÍLIA SEDIA FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA

*Evento reunirá organizações e movimentos sociais de várias partes do mundo em defesa da água como direito elementar à vida. Fórum pretende unificar internacionalmente a luta contra a tentativa das grandes corporações de transformar a água em mercadoria*

O debate sobre a preservação da água enquanto fonte de vida e o compartilhamento de ideias, para seu uso racional e consciente, nortearão o Fórum Alternativo Mundial da Água, que acontecerá de 17 a 22 de março de 2018, na Universidade de Brasília (UnB). Com o tema “Água é direito, não mercadoria”, representantes de várias partes do mundo se reunirão para o maior evento relacionado à água do mundo, quando cientistas, estudiosos da área e convidados terão a oportunidade de cooperar, equilibrar e trocar boas práticas no uso consciente e racional da água.

O Fórum pretende unificar internacionalmente a luta contra a tentativa das grandes corporações de transformar a água em mercadoria, privatizando as reservas e fontes naturais. Tais corporações e movimentos que defendem a privatização tentam transformar a água em um

recurso inalcançável para muitas populações que, com isso, sofrem com a exclusão social, pobreza e doenças de veiculação hídrica. Outra preocupação do FAMA é de unificar a luta contra as diversas formas de destruição de fontes naturais de água, tais como a mineração; deflorestamento; extração de petróleo; o agronegócio; o uso dos agrotóxicos; a construção de barragens, ações que muitas vezes têm como único objetivo o lucro e não o bem estar das pessoas; a sobrevivência dos animais, ou seja, a preservação do planeta.

Levantamento feito pela Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que mais de 30% da população mundial não têm acesso ao saneamento básico e 25% segue expostas a água con-



taminada, não obstante o aumento do acesso à água tratada desde o início do milênio. O uso intensivo de água em todos os setores, que em alguns países já supera o total dos recursos hídricos disponíveis, e previsões

de aumento da demanda nos próximos anos trazem para o centro da agenda de desenvolvimento a gestão sustentável dos recursos hídricos. Promover o uso sustentável da água de maneira integral e transversal é um dos grandes desafios das sociedades presentes e futuras, e demandará envolvimento, compromisso e abordagens inovadoras de todos os setores e Estados.

O diretor do Sinpro Gabriel Magno lembra que o FAMA 2018 é uma continuidade dos fóruns alternativos anteriores já realizados em outros países e chega ao Brasil para se contrapor ao 8º Fórum Mundial da Água, evento antidemocrático promovido pelos grandes grupos econômicos que,

com a privatização, querem se apropriar das fontes naturais e dos serviços públicos de água e saneamento. “O FAMA é um espaço de organização e resistência dos movimentos sociais em um processo de retirada de direitos, que acontece no mundo todo. No sentido brasileiro, do golpe que tem como fator estrutural a venda dos recursos naturais”, comenta o diretor, complementando que o Fórum quer dialogar com o problema do Distrito Federal, que vive um problema de crise hídrica, “na qual o GDF não consegue dar as respostas que atendam os interesses da população, e sim para os interesses dos grandes empresários do agronegócio”.

Estão previstos para os dias 20 e 21 de março atividades descentralizadas nas regiões administrativas da capital federal, e no dia 22 uma marcha pública em Brasília, além de atos espalhados por todo o mundo.

## SINPRO-DF REALIZA I MOSTRA ESCOLAR E PEDAGÓGICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

O Sinpro-DF realizará, este ano, a I Mostra Escolar e Pedagógica de Responsabilidade Social e Meio Ambiente. A data da mostra será divulgada no site do sindicato. Trata-se de uma nova iniciativa do sindicato que visa a reafirmar a responsabilidade social da entidade com o meio ambiente e a dar visibilidade às atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas do Distrito Federal que

envolvam essa temática.

As escolas interessadas em expor seus projetos pedagógicos com o tema do meio ambiente têm um prazo de 30 dias, entre os dias 20 de fevereiro e 20 de março de 2018, para efetuar sua inscrição, em horário comercial, no Sinpro-DF.

A I Mostra Escolar e Pedagógica de Responsabilidade Social e Meio Ambiente busca a incentivar as escolas públicas do Distrito

Federal a assumirem também o seu papel de formadora de princípios e valores morais direcionados aos(as) estudantes e voltados para a responsabilidade social com o meio ambiente e para o uso dos conhecimentos aprendidos em favor da sociedade.

No entendimento da diretoria colegiada, a Chácara do Professor é o espaço físico ideal, que reúne todas as características capazes

de proporcionar a materialização dessa oportunidade pedagógica. A Chácara é o local adequado para as escolas desenvolverem projetos políticos-pedagógicos de responsabilidade social com a temática do meio ambiente que envolva teoria e prática para conscientização dos(as) estudantes.

Assim, os projetos de responsabilidade ambientais desenvolvidos na Chácara do Professor terão,

como culminância, a apresentação nas Mostras Escolares e Pedagógicas de Responsabilidade Social e Meio Ambiente. A diretoria colegiada do Sinpro-DF convoca as escolas que ainda não desenvolvem projetos com essa temática a incluírem em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de 2018, a usarem a chácara e a participarem das próximas mostras de responsabilidade ambiental.

# O QUE A REVOLUÇÃO RUSSA TEM A VER COM A EDUCAÇÃO?



A pedagogia socialista no interior da Revolução Russa de 1917 foi, sem dúvida, um dos acontecimentos históricos mais importantes da época contemporânea.

“Durante o processo da revolução russa, os revolucionários discutiram e implementaram um programa e currículo que atendesse as demandas da classe trabalhadora. Na Rússia Imperial, antes de 1917, somente uma parcela minoritária da população - os filhos da nobreza e da burguesia - tinha acesso a uma educação de qualidade”, explica o diretor de Políticas Sociais do Sinpro, Yuri Soares.

Casada com o líder revolucionário Vladimir Lênin, a pedagoga Nadezhda Konstantinovna Krupskaya (1869–1939) era uma forte liderança no grupo que formulou as concepções e práticas para as mudanças educacionais do período inicial da Revolução Russa, e que orientaram a política educacional do então Commissariado do Povo para a Educação, o Narkompros. Este período (1917–1929) é considerado “a época de ouro da

Revolução Russa”, pela força e originalidade das suas formulações.

Para estes pedagogos a educação era fundamental na construção de uma nova sociedade sem classes, e a escola deveria se envolver profundamente na formação do ser humano para este processo de transformação. O desafio posto ao magistério era criar, pela sua prática, uma nova escola destinada a formar lutadores e construtores do futuro aberto pela revolução.

Yuri enfatiza que eles queriam construir uma escola única do trabalho, com o princípio da educação politécnica, um ensino multilateral, com a socialização do patrimônio de saberes acumulados historicamente pela humanidade; o desenvolvimento de uma concepção científica e materialista da realidade entre os estudantes; o aprofundamento da sua sensibilidade e experiência estéticas, assim como a inserção qualificada dos jovens no mundo da produção material - tanto pela prática quanto pela compreensão teórica dos seus fundamentos. “Então, eles queriam o

fim do dualismo entre formulação e prática - que é a ideia burguesa de educação, ou seja, a existência de uma educação para a burguesia, que vai pensar, dirigir o Estado, as fábricas, em contraponto à educação que seria para a classe trabalhadora, uma educação técnica, para aprender a lidar com as máquinas, com a produção, mas que não formulasse, não teorizasse e não entendesse como funciona a fábrica, o Estado, o mundo. Eles queriam construir na sociedade soviética um ensino em que todos tivessem acesso às técnicas, teorias e seus fundamentos de forma completa; obviamente com um ensino gratuito, universal e obrigatório, sem distinção de sexo ou classe social - uma ideia de que toda a população tem direito ao conhecimento”, destaca o dirigente.

## A destruição da velha maquinaria escolar capitalista

Krupskaya escrevia de forma simples e direta, visando a ser

entendida pelo conjunto dos trabalhadores e especialmente pelos educadores. Seus textos, carregados de conceitos e de entusiasmo revolucionário, refletem sua visão política e sua contribuição aos esforços coletivos para transformar a organização do trabalho pedagógico das escolas.

“O governo dos operários e camponeses que respeita os interesses das massas populares deve romper com o caráter de classe da escola, deve fazer com que a escola, em todos os níveis, seja acessível a todos os segmentos da população, mas fazer isso não só nas palavras, mas em atos. A educação continuará sendo um privilégio da classe burguesa até que as finalidades da escola sejam alteradas. A população está interessada em que a escola fundamental, média e superior tenha uma finalidade comum: formar pessoas desenvolvidas multilateralmente, com predisposições sociais conscientes e organizadas, que tenham uma visão de mundo reflexiva, integral e que claramente entendam tudo o que esteja acontecendo ao seu redor na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todos os tipos de trabalho, tanto físico quanto mental; pessoas capazes de construir uma vida social racional, cheia de conteúdo, bonita e alegre. Essas pessoas são necessárias à sociedade socialista, sem elas o socialismo não pode se realizar plenamente”, dizia Krupskaya.

Passados cem anos da Revolução Russa, Yuri lembra a série de legados e aprendizagens em várias áreas. “Ao longo da história da União Soviética houve várias mudanças nos modelos pedagógicos, mas é inegável que eles construíram uma educação de ponta, que tirou uma população basicamente analfabeta no período

pré-revolucionário e conseguiu construir um povo alfabetizado, culto, que compreendia a educação de forma completa - desde as creches até a universidade. A partir daí conseguiu-se construir uma exploração espacial, industrializaram o país, surgiram cientistas que realizaram avanços em diversas áreas, nas artes, no esporte, na matemática, na engenharia, na física etc. Isso porque eles compreendiam a escola como espaço integral de desenvolvimento dos cidadãos, uma escola que tivesse todas as áreas envolvidas”.

O dirigente ressalta que ainda hoje, “nós temos muito o que aprender com as formulações teóricas e práticas da revolução russa em várias áreas, dentre elas a pedagogia. Não para copiar. Mas para uma análise crítica, de acordo com a nossa história, nossa realidade - buscando construir uma escola que transforme a realidade, que seja ativa na construção de um futuro melhor para as pessoas, para a maioria do povo brasileiro”.

Para saber mais, confira o livro “A Construção da Pedagogia Socialista”, de Nadezhda Krupskaya.

Leia também “Poema pedagógico”, de Anton Makarenko.



# PRESSÃO POPULAR FAZ GOVERNO RECUAR E NÃO VOTAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM 2017

*Mídia entra em cena com dados inverídicos para convencer a população*



**GREVE:** Manifestação realizada na Rodoviária do Plano Piloto reuniu professores e sindicalistas contra a reforma da Previdência

A pressão popular contra a reforma da Previdência forçou, mais uma vez, a bancada do governo na Câmara dos Deputados a adiar a votação para fevereiro deste ano. Se não fosse isso, em 18 de dezembro os deputados federais teriam discutido e aprovado, em Plenário, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287-A/2016, que impõe uma profunda reforma na Previdência Social para acabar com o direito à aposentadoria, mercantilizar o direito social e constitucional à previdência e extinguir a concepção de seguridade social pública e solidária.

A pressão, sobretudo nas bases eleitorais dos parlamentares indecisos e dos que pre-

tendem votar a favor dela, foi fundamental para garantir esse recuo. Assim, sem número suficiente de votos, o líder do PMDB no Senado, Romero Jucá, anunciou que, após acordos de líderes, decidiram adiá-la para fevereiro de 2018. Portanto, a ameaça continua.

E, para piorar, o governo tem gasto milhões do Orçamento em propagandas para dizer que a reforma não muda nada para os trabalhadores, sobretudo, os rurais, os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros segmentos e que a reforma é para acabar com privilégios de servidores públicos. “Não é verdade. A reforma é para privatizar uma fonte supera-

vitária de recursos financeiros e entregá-la aos donos de empresa de previdência privada. Não há privilégios. O governo desperdiça dinheiro público em propagandas enganosas. Basta ver o texto da nova proposta para constatar que ele mente”, alerta Cláudio Antunes, coordenador de Imprensa do Sinpro-DF.

A PEC nº 287-A/16 era para ser aprovada em março de 2017. Mas, desde o fim de 2016, as mobilizações nacionais têm obrigado o governo a recuar. Ao contrário do que a mídia vem dizendo diariamente, essa reforma irá retirar sim o direito à aposentadoria e à pensão. Também vai afetar fortemente a quem já é aposentado há

anos. Essa reforma acaba com o direito adquirido. O novo texto é tão nefasto quanto as propostas anteriores e mantém o caráter excludente, privatista e mercantilista da PEC.

A pressão, como a greve nacional que o setor da educação pública e das centrais sindicais, em março de 2017, que parou o Brasil, obrigou o governo a adiar a votação da PEC nº 287/16, prevista para 30 de março. Nessa greve, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi vitoriosa porque parou quase todas as escolas do país e impôs o recuo do governo. A primeira proposta retirava dos profissionais do magistério o direito à aposentadoria especial.

“O novo texto amenizou somente este ponto, mas mantém a retirada, lenta e gradual, do direito à aposentadoria especial e mantém outras imposições que irão dificultar o acesso à aposentadoria. Em maio e junho e no início deste segundo semestre, as categorias realizaram várias paralisações e greves para impedir a votação desta reforma”, esclarece Antunes.

**RESISTÊNCIA** – Apesar da propaganda enganosa diária nos meios de comunicação, é importante destacar que os(as) trabalhadores(as) rurais e os(as) professores(as) serão um dos setores mais prejudicados. Foi por isso que os rurais realizaram greve de fome, em dezembro, em várias Casas Legislativas de diversas unidades da Federação. Cinco deles realizaram a greve de fome no Salão Verde da Câmara dos Deputados. A ação ganhou repercussão internacional.

“É graças a essa unidade e pressão que o Brasil ainda não perdeu o direito à aposentadoria e a Previdência Social. Mas Temer tem dito que o adiamento para fevereiro é bom para o governo ganhar tempo e angariar votos para aprová-la com folga em fevereiro. É importante fortalecermos a pressão, sobretudo nas bases eleitorais dos parlamentares indecisos e dos decididos a aprová-la, porque é isso que força recuos”, afirma o diretor do Sinpro-DF.

Antunes alerta para o fato de que esses parlamentares tiveram campanha eleitoral financiada por banqueiros, em 2014, e não desistirão da reforma da Previdência. “Não desistirão de



transformar esse direito em mercadoria porque a Previdência é superavitária e não tem como ser deficitária. A Previdência Social brasileira integra um dos mecanismos mais rentáveis e o maior instrumento de distribuição de renda: o Sistema de Seguridade Social. Se não fortalecermos esta luta, para estarmos fortes e unidos em fevereiro, banqueiros e governo ilegítimo irão impor mais essa derrota”, avisa.

Ele lembra que um dos principais motivos que levaram esses grupos políticos que compõem o governo ilegítimo a aplicarem um golpe de Estado, em 2016, foi justamente a privatização do direito social à previdência, que nunca apresentou déficit. “É importante estarmos atentos porque a mídia já está veiculando mentiras por meio de matérias, reportagens, programas de rádio e de TV inteiros, tudo dedicado a convencer a população de que a reforma da Previdência será importante para as contas do Brasil”.

O governo federal pagou às mídias, este ano, mais de R\$ 100

milhões de dinheiro público para veicular matérias, reportagens, comentários, artigos, propagandas e publicidades em favor dessa reforma. Só as TVs receberam, em novembro, R\$ 20 milhões de dinheiro público. As rádios

“**Devemos chegar em fevereiro de 2018 unidos, fortalecidos, conscientes e esclarecidos sobre as mentiras que estão sendo divulgadas pela mídia.**”

põem no ar, de minuto em minuto, principalmente de manhã, na hora em que o trabalhador está indo para o trabalho, e de tarde, na hora que está saindo do trabalho, comentários de radialistas e pequenas matérias com dados falsos para convencer a população de que a reforma será boa para todos.

“Se não tivermos cuidado, o governo e a mídia irão transformar esse recuo, que é uma derrota para eles, em vitória. Nós, trabalhadores do setor público e da iniciativa privada, temos de enfrentar cada vez mais com mais unidade esse ataque e fortalecer a luta contra essa reforma. Devemos chegar em fevereiro de 2018 unidos, fortalecidos, conscientes e esclarecidos sobre as mentiras que estão sendo divulgadas pela mídia”, alerta o diretor.

O diretor ressalta a todos(as) que as rádios e as TVs estão articuladas e organizadas com outros meios de comunicação, como jornais e revistas, para veicularem conteúdo que visa a convencer a população de que a reforma será boa; que o dinheiro das contribuições dos trabalhadores para a Previdência precisa ir para os cofres públicos a fim de assegurar futuras aposentadorias; e a desqualificar as informações produzidas pelos sindicatos, universidades e estudiosos da Previdência, que desmentem o governo.

“As mídias brasileiras têm grande interesse nessa reforma porque, além de serem grandes devedoras da Previdência, a maioria das mídias é proprietária ou compõem grupos societários de empresas privadas de previdência social”, finaliza.

Os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência do Senado Federal, realizada em 2017, mostraram também que não há rombo na Previdência e apontaram uma profusão de inconsistências na PEC nº 287-A/16. Segundo o relatório da CPI, as empresas privadas devem mais de R\$ 450 bilhões à Previdência e, para piorar a situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional, somente R\$ 175 bilhões corres-

pondem a débitos recuperáveis. Uma das propostas do relatório é aumentar para R\$ 9.370,00 o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atualmente é de R\$ 5.531,31.

O Sinpro-DF divulgou, no seu site, matérias esclarecedoras da reforma da Previdência com base em estudos sérios de várias instituições comprometidas com a verdade, os quais desmascaram as mentiras do governo e mostram que todas as informações advindas do governo ilegítimo e da mídia sobre a Previdência Social e a reforma são falsas e visam a enganar a população, como fizeram com a chamada

“modernização” das leis trabalhistas que acabou com mais de 200 artigos da CLT e eliminou direitos trabalhistas consagrados.

*Confira os impactos da Reforma da Previdência e veja alguns exemplos*



*União da classe trabalhadora foi crucial para o recuo do governo*

# OS IMPACTOS DO GOLPE NA VIDA DOS(A) PROFESSORES(AS)

*Perdas salariais, queda no poder de compra, direito de expressão cerceado em sala de aula e futuro incerto são algumas das constatações da categoria após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Apesar das perdas, o sentimento de união é unânime na luta pelo respeito aos direitos trabalhistas*

Em pouco mais de um ano, o golpe imposto pelo Congresso Nacional à democracia brasileira já mostrou a que veio. Neste período, o parlamento, em parceria com o presidente ilegítimo Michel Temer (PMDB), aprovou uma série de leis que retiraram direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora. A reforma Trabalhista é apenas um deles.

Associado a isto, o(a) professor(a) e orientador(a) educacional tem constatado a cada dia os impactos deste golpe em seu cotidiano. No setor econômico, a categoria vê seu poder de compra cada vez pior, fruto de uma inflação crescente. Na esfera política, o golpe trouxe instabilidade no trabalho e projetos que cerceiam o direito de expressão em sala de aula, exemplo da Lei da Mordada.

Veja abaixo a opinião de alguns professores sobre o que mudou neste período pós-golpe.



*“Meu poder de compra caiu porque meu salário está congelado. Tudo está muito caro, o salário não está acompanhando a inflação. A questão interpessoal ficou extremamente alterada, uma vez que não existe respeito e consideração. Vemos uma disputa de egos onde ninguém assume a responsabilidade do seu voto”,  
Taíse Souza de Oliveira, professora da Escola Classe 03 de Ceilândia.*



*“O golpe engessou a estrutura do país, o deixando com uma composição rígida, moralista e que não permite a diferença. Esmaga as diferenças, as minorias, proíbe falar de gênero nas escolas. Parece que o golpe é um homem branco, moralista e que não permite a diferença”,  
Vinicius Silva de Souza, professor do Centro de Ensino Médio 01 do Paranoá.*



*“Na questão financeira, tudo aumentou de forma generalizada. O salário não subiu em nada, não acompanhou, houve um congelamento salarial, e com relação à democracia, a verdade é que não existe mais. O autoritarismo está bem visível em todas as direções de escola. A SEE, que sempre foi desorganizada, agora resolveu se organizar, mas na verdade está fazendo com que professores mudem de escola sem nem pensar no aluno”,  
Vivian Lourenço Lima, do CEF 01 do Paranoá.*



*“A gente vê que todos os preços subiram e agora estamos na eminência de perdermos os direitos que conquistamos com muita luta. Todos os poderes estão em coalizão, onde um sustenta o outro em função do prejuízo do professor. Outro ponto é que nós, neste sofrimento todo, dizemos sempre que o governo não tem dinheiro para pagar nossos direitos, mas somos obrigados a pagar impostos milionários para bancos e empresas”,  
Maria Madalena Torres, do CED Paulo Freire de Ceilândia.*



*“A instabilidade e a incerteza do futuro são as maiores mudanças. Parece que está mais concreto e real a impossibilidade de planejar um futuro tanto para nós, que estamos na ativa, quanto para as nossas famílias e estudantes. Na sala de aula fica difícil mostrar as possibilidades de futuro para os nossos estudantes. Ficou mais difícil colocar brilho neste futuro. Vamos ter de lutar muito para conquistar tudo novamente”,  
Leila Maria de Jesus, da EC 02 do Paranoá.*



*“O golpe criou uma situação muito ruim para os professores e alunos. Para os professores, além da questão econômica, não existe mais a estabilidade institucional. Não há mais segurança jurídica, trabalhista, vivemos correndo o risco de perda de direitos, e as pessoas que estão por trás destas ameaças são as mesmas que praticaram o impeachment. Por outro lado os alunos têm um empobrecimento muito rápido. Não tem dinheiro para comprar uma folha e uma caneta”,  
Lelton Melo da Fonseca, professor do CEF 412 de Samambaia.*

# SER MULHER É PADECER NO PARAÍSO DO MACHISMO

*No país do assédio sexual, do estupro de adolescentes e crianças e das subnotificações policiais, comissão aprova emenda que amplia vulnerabilidades do sexo feminino*

O Ministério da Saúde divulgou, em dezembro, um estudo preliminar sobre estupro de repetição e revelou que sete em cada dez adolescentes de 10 a 14 anos que engravidaram por causa do crime de estupro foram violentadas em caráter repetitivo e por um familiar ou um parceiro íntimo. Registrou que 4.262 casos de estupro em adolescentes resultaram em gestações e nascimentos no período entre 2011 e 2016.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por sua vez, divulgou, em abril de 2017, um estudo baseado em dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), o qual revela que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes. Que, no mínimo, 527 mil pessoas são estupradas por ano e que, desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. O Sinan demonstra que 89% das vítimas são do sexo feminino e têm baixa escolaridade.

Apesar desse quadro de profunda violência de gênero e da cultura do estupro do país, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 181, de 2015, aprovou a PEC com uma emenda que impossibilita o aborto legal e seguro pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo que a gravidez seja decorrente da violência, conforme assegurado no Código Penal Brasileiro (CPB).

O escopo original da PEC nº 181/2015, do Senado Federal, era o de beneficiar mães de bebês prematuros ao propor a modificação do inciso XVIII, do art. 7º

**HOMEM QUE É HOMEM  
COMBATE  
A CULTURA DO ESTUPRO.**

**#RESPEITA AS MINAS!**

Ao consumir músicas que depreciam a mulher e disseminar vídeos, imagens, comentários e piadas sexistas, você contribui para que a objetificação da mulher seja reforçada. Isso é chamado de cultura do estupro. Homem de verdade luta por paz e igualdade. Informe-se mais e ajude a combater!

**CAMPANHA SABER AMAR .COM.BR**

**Saber amar é saber respeitar a mulher.**

**CNT** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
www.cntc.org.br

Filial à **CUT** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

da Constituição, para ampliar o período de licença-maternidade em caso de parto prematuro.

**PEC nº 181/2015** – Mas o deputado federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), relator, propôs uma alteração, aprovada no dia 8/11, com 18 votos a favor e um contra, que transformou a PEC num verdadeiro presente de grego

para as mulheres, ao introduzir na Constituição um texto que atinge frontalmente o artigo 128 do CPB. A PEC, agora, seguirá para votação em Plenário e precisa de no mínimo 308 votos a favor.

“O CPB assegura à mulher a interrupção da gravidez, pelo SUS, até a terceira semana de gestação em três casos distintos: bebês anencéfalos; gravidez de alto risco; e casos de

gravidez por causa de estupro. Porém, se a inviolabilidade da vida for a partir da fecundação, como quer o deputado Mudalen, essa conquista das mulheres será eliminada e os abortos nesses três casos serão criminalizados”, esclarece Vilmara Pereira do Carmo, coordenadora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF.

A diretora explica que as leis brasileiras definem que o conceito de origem da vida é assegurado a partir do momento em que o bebê nasce, mas o relator quer trabalhar esse conceito a partir do momento da fecundação. A sociedade civil e a ONU Mulheres se mobilizaram contra isso em várias capitais do país, a PEC nº 181/15 e impediram à votação em Plenário em dezembro.

Os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres são constantemente ameaçados no Congresso Nacional por homens que integram a bancada fundamentalista. Daí a denominação da PEC nº 181 de Cavalo de Tróia das Mulheres. O projeto político por trás do Cavalo de Tróia das Mulheres é o de criminalizar o aborto no Brasil, até mesmo o espontâneo, como ocorre

em El Salvador, país onde mulheres podem ser presas até por terem tido aborto espontâneo.

**EDUCAÇÃO** – Embora os estudos revelam que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no Brasil, os deputados aprovaram a PEC 181 e, com isso, colaboraram com a consolidação dessa violência de gênero e “cultura do estupro”, em que sociedade culpa as vítimas e normaliza o comportamento sexual violento dos homens.

“Essa atitude e os dados demonstram a urgente necessidade de se fortalecer o estudo de gênero nas escolas. Mas essa temática gera muita resistência nas instituições, como foi evidente na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Municipais e Distrital de Educação (PME e PDE). Nosso país tem uma cultura patriarcal que gera machismo e vê com naturalidade a violência contra a mulher”, analisa a diretora.

A diretora explica que se trata de uma filosofia milenar que gera feminicídio e crianças filhas do estupro. Para ela, a escola não pode se omitir. “Para o Brasil se tornar um local em que todos sejam socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres é preciso educar seu povo sobre gênero é falar de afetos, sexualidade na adolescência, reprodução humana com toda a carga cultural existente na sociedade, de abuso sexual, autonomia corporal de meninas e meninos de forma igualitária. É falar que os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos e do papel do Estado em todas essas questões para cultivar a paz e a felicidade”, finaliza.

# REFORMA TRABALHISTA DE TEMER JÁ APRESENTA RESULTADOS: PAÍS PERDEU 12.292 VAGAS DE TRABALHO E O SUBEMPREGO AVANÇA

Em vigor desde o dia 11 de novembro passado, a nova legislação trabalhista (Lei nº 13.467/2017) traz dados desastrosos. O país fechou 12.292 postos de empregos naquele mês, ficando com saldo negativo, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado em dezembro de 2017, pelo Ministério do Trabalho.

Os dados já consideram as novas formas de contratação estabelecidas pela contrarreforma trabalhista do governo Temer.

Nos últimos 12 meses houve redução de 178.528 postos de trabalho, uma retração de 0,46%. Entre as retrações, estão a indústria de transformação, que fechou 29.006 empregos; a construção civil, que reduziu 22.826 vagas; setor agropecuário, que gerou saldo negativo de 21.761 vagas e setor de serviços, que fechou 2.972 postos de trabalho.

A contrarreforma era considerada fundamental pelo governo para “flexibilizar e modernizar” as leis trabalhistas, com objetivo de incentivar a criação de empregos. Na verdade, ela precarizou as condições de trabalho e não vai gerar novas vagas, já que isso depende de aumentos dos investimentos e consumo.

Diretora de Formação Sindical do Sinpro e vice-presidente da CUT Brasília, Meg Guimarães enfatiza que esta é mais uma das graves e brutais medidas que o governo ilegítimo de Temer adotou sobre a classe trabalhadora. “Propagandeou-se que a contrarreforma era necessária para corrigir distorções, facilitar contratações, aumentar o número de empregos no país. São argu-

## Antes

em.com.br Economia

## Governo prevê criação de 2 milhões de empregos com nova lei trabalhista

Nova legislação trabalhista deve ampliar oferta de vagas no mercado brasileiro, segundo o Planalto, que enviará esta semana ao Congresso sugestões de mudanças em pontos da lei

## Depois



Valor.com.br ValorInveste Valor RI

Valor ECONÔMICO

Home Brasil Política Finanças Empresas Agronegócios Internacional Opinião

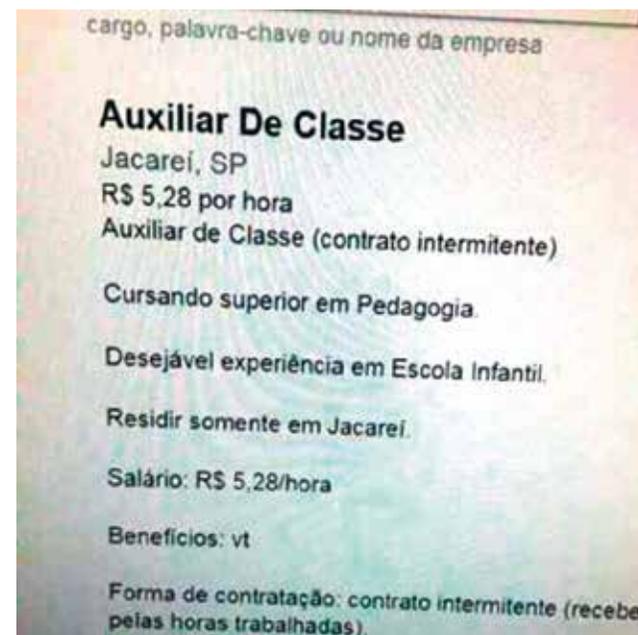
Macroeconomia Setor Externo Infraestrutura

27/12/2017 às 11h13 12

### Brasil perde 12.292 vagas com carteira assinada em novembro

Por Fabio Graner | Valor

BRASÍLIA - (Atualizada às 13h51) No primeiro mês de vigência da reforma trabalhista, o mercado de trabalho brasileiro registrou fechamento líquido de 12.292 vagas em novembro, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério do Trabalho.



mentos mentirosos, que tiveram apenas o objetivo de enganar a população. Os acordos coletivos serão rebaixados, pois prevalece os acordos diretos entre patrões e empregados, o tal acordado sobre o legislado – flexibilizando diversos direitos, como jornada de trabalho, planos de

carreira, licença-maternidade, entre outras garantias que traziam segurança ao trabalhador pela CLT. Sem falar da infame introdução do contrato de trabalho intermitente, pelo qual o trabalhador recebe por hora de atividade, sem qualquer garantia trabalhista. Seguindo esta lógica,

chega-se ao absurdo de um trabalhador poder receber menos que um salário mínimo ao final do mês”, destaca.

Segundo Meg, em um momento como este, a unidade dos trabalhadores é fundamental para construir a resistência e procurar reverter este quadro

nefasto, anulando essas medidas que afetam negativa e diretamente a maioria da população.

**SERVIÇO PÚBLICO** – Para o diretor de Políticas Sociais do Sinpro, Gabriel Magno, o principal instrumento de proteção trabalhista, a CLT, foi profun-



damente alterado, perdendo a sua essência, a sua estrutura. Mudou-se a lógica da relação trabalhador-empregador. Isso impacta o serviço público, diz o dirigente, pois lá temos trabalhadores celetistas, nas empresas públicas, principalmente. No DF temos como exemplos a Caesb, a CEB e o BRB – empresas nas quais os trabalhadores serão duramente atacados. No caso do Magistério, o pessoal estatutário também será atingido. Junto com a mudança da CLT, o governo Temer aprovou pouco antes a lei da terceirização (Lei nº 13.429/2017) – que no fundo permite a terceirização indiscriminada no serviço público, inclusive nas atividades-fim. Na Carreira Assistência à Educação esse processo já ocorre. O próximo alvo dessa precarização podem ser os professores. Alguns municípios adotaram esta medida, lançando pregões públicos para contratação de professores. Há também o exemplo da rede particular de ensino, que demite os docentes para depois contratá-los pelas novas regras, com salários menores. Em um cenário ainda mais adverso, a contrarreforma também abre a possibilidade de os órgãos utilizarem o mecanismo das Organizações Sociais (OS) em vez de convocar e nomear candidatos aprovados em concurso que estejam no cadastro de reserva.

“Isso afeta profundamente o

processo educacional, a relação pedagógica. Sempre defendemos que a Carreira Magistério deve ser valorizada no seu âmbito geral, mas estas medidas adotadas por Temer tiram isso. Querem transformar o magistério em bico, jogando no lixo o compromisso que temos com a escola, com a comunidade escolar, com a gestão democrática, com os projetos políticos-pedagógicos”, adverte Gabriel.

**MERCADORIA** – Professora da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Erotilde Minharro acredita que a contrarreforma trabalhista significou um retrocesso que abriu caminho para que a força de trabalho volte a ser encarada como uma simples mercadoria. “A legislação trabalhista é o resultado de anos de lutas. Quem é ou já foi empregado sabe que o trabalhador nunca conseguirá impor suas cláusulas neste tipo de contrato. Como ele precisa do trabalho, aceitará qualquer imposição patronal. Com a reforma, todas estas pilstras de proteção foram derrubadas”

A realidade dos fatos, diz a professora, retira direitos básicos dos hipossuficientes sem que haja contrapartida da melhoria da condição social do trabalhador.

“Se eu pudesse fazer uma comparação, seria, como se de repente, o Código de Defesa do Consumidor fosse alterado para

proteger os fabricantes e fornecedores, em detrimento dos consumidores. Seria como se o consumidor fosse o culpado pelas crises financeiras dos fabricantes”, avalia.

**MULHERES** – Para a diretora de Finanças do Sinpro e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Rosilene Corrêa, essas reformas, em um contexto mais amplo, atingem brutalmente as mulheres, pela forma como elas estão inseridas hoje na sociedade e no mercado de trabalho. “Essa precarização que a mulher já sofria só será reforçada ao colocar as trabalhadoras numa situação de total fra-

gilidade frente a um sistema que deveria protegê-las”, enfatiza.

Em novembro passado, Rosilene participou da audiência pública “O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos”, realizada pela subcomissão da Comissão de Direitos Humanos do Senado. O Estatuto é uma proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) para substituir a atual legislação, em especial a contrarreforma trabalhista. Para o senador, é preciso propor novas leis que harmonizem os direitos dos trabalhadores e dos patrões, sem pesar apenas para o lado mais forte da balança. A intenção é realizar debates com a sociedade até que a proposta possa ser aprovada por um

novo parlamento, que vai se formar a partir das eleições de outubro de 2018.

Na avaliação da dirigente, a proposta de um Estatuto do Trabalhador é bem-vinda e terá apoio do Sindicato e da Confederação. No entanto, lembrou que para concretizá-lo, é preciso eleger um congresso mais progressista. Rosilene também acrescentou que os trabalhadores em educação já estão sentindo os efeitos da precarização das relações de trabalho. “Nós, sindicalistas, somos atacados diariamente. Há uma tentativa de descredenciar pessoas que têm interesses diferentes dos que estão colocados por essa reforma e por esse governo”, ressalta.



# MP Nº 805/17 AUMENTA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E REDUZ SALÁRIO DE SERVIDORES PÚBLICOS

*Michel Temer edita e STF derruba MP que promove pequena reforma na Previdência e provoca grande prejuízo salarial ao funcionalismo das três esferas da União*

Uma decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, derrubou, em dezembro do ano passado, o dispositivo da Medida Provisória nº 805/2017 (MP 805/17), do governo ilegítimo de Michel Temer, que, a título de ajuste fiscal, eleva de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos(as) servidores(as) públicos(as) federais que ganham acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (R\$ 5.500,00 mil mensais).

A liminar foi concedida à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.809, movida pelo PSOL, e, apesar de ter efeito imediato, ela ainda será submetida à votação no Plenário do tribunal. Se o tribunal não derrubá-la definitivamente, ela puxará em efeito cascata o aumento do tributo no mesmo patamar para o funcionalismo público dos estados, municípios e Distrito Federal.

Isso ocorrerá porque o artigo 149 da Constituição Federal prevê que a alíquota previdenciária cobrada dos(as) servidores(as) a União é piso para o funcionalismo estadual, municipal e distrital. Ou seja, servidores(as) públicos(as) do DF, estados e municípios não podem ter contribuição menor do que a dos(as) servidores(as) federais.

O Ministério do Planejamento divulgou a informação de que se a MP for aprovada, os estados, os municípios e o DF poderão ter uma arrecadação adicional de R\$ 1,8 bilhão anual. Todavia, estudiosos dizem que essa MP faz parte da reforma da Previdência e que, com ela, o governo Temer quer atender o pleito das instituições financeiras.

No entendimento de Lewan-



*Professores(as) e orientadores(as) participam de panfletagem na Rodoviária do Plano Piloto*

dowski, “a MP levaria os servidores públicos federais a começarem o ano de 2018 com remuneração menor do que a de 2017 porque seriam duplamente afetados pela mesma medida: primeiro, por cercar o direito ao reajuste salarial já concedido em lei; segundo, por aumentar a alíquota de contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la”, disse o ministro.

Ele levou em consideração o fato de que, constitucionalmente, nin-

guém pode ter seu salário rebaixado e também dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Unafisco Nacional, os quais mostram que, em 2017, foram editadas ao menos três Medidas Provisórias para criar benefícios fiscais que resultarão, até 2020, em renúncias de receitas de R\$ 256 bilhões a empresários devedores do Estado.

Além disso, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, considerou que a MP põe em risco a segurança jurídica da relação entre servidores e adminis-

tração pública, porque houve um acordo de plano de carreira que a MP quebra. Advocacia Geral da União (AGU) informou que irá recorrer da decisão do STF.

A MP nº 805 desencadeia um processo na vida do(a) servidor(a) público(a) federal que se repete na do Distrito Federal porque, além do artigo 149, da CE, o mecanismo de reajuste e a cobrança dessa alíquota, na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), estão vinculados à União e permitem que o percentual seja alterado no caso do aumento.

“A liminar do STF, por sua vez,

favorece aos(as) servidores(as) públicos(as) do DF porque impede a elevação do tributo para 14%. Com isso, o DF não terá o acréscimo na contribuição previdenciária que seria implantada a partir da aprovação da MP na esfera federal, prevista para fevereiro deste ano”, explica Cláudio Antunes, coordenador de Imprensa do Sinpro-DF.

**O QUE É A MP Nº 805/2017** – Após quase um ano tentando aprovar, no Congresso Nacional, uma reforma da Previdência privatista, excludente e favorável a

investidores e rentistas do sistema financeiro, o governo ilegítimo de Michel Temer decidiu desmembrar da reforma itens que podem ser modificados por leis infraconstitucionais e medidas provisórias, como é o caso do aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%.

E assim o fez. Em 30/10/2017, Temer publicou, no Diário Oficial da União (DOU), a MP nº 805/2017, com a qual pretendia postergar e até mesmo anular reajustes salariais negociados em 2015, de algumas carreiras do serviço público federal.

A MP prevê alterações na Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis federais – RJU), relacionadas a diárias e a outros cálculos, bem como alterações na Lei nº 10. 887/2004, que regulamenta as disposições constitucionais da Emenda Constitu-

cional nº 41/2003, no que se refere às alíquotas de contribuição social dos servidores públicos.

E atinge diretamente o funcionalismo do DF porque, ao suspender ou ao cancelar reajustes, o governo ilegítimo cria precedentes contra os pleitos e as conquistas trabalhistas-salariais dos(as) servidores(as) de outras esferas da União. Assim, a MP nº 805/17 visa a atingir todos(as) os(as) servidores(as) que ingressaram no Serviço Público Federal antes da implantação do regime de previdência complementar (setembro de 2012) e que não aderiram a esse regime.

**COMO OCORRERÁ** – Em se considerando os servidores ativos que contribuem, hoje, com 11% sobre o total e supondo que eles recebam R\$ 10 mil de salário, eles, hoje, contribuem com R\$ 1.100,00. A mudança da MP determina que

os servidores públicos federais ativos passem a pagar 11% até o teto do RGPS, R\$ 5.531,31, e que, o que ultrapassar esse teto, pagará 14%.

Os(as) aposentados(as) e pensionistas pagarão 14% sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS e, quem é aposentado(a) ou pensionista por doença incapacitante, também irá pagar 14%, porém, somente em cima do dobro do valor que ultrapassar o teto do RGPS.

Considerando-se um salário de R\$ 10 mil, os(as) da ativa que contribuem com 11% até o teto do RGPS (R\$ 5.531,31), pagaria R\$ 608,44 mais 14% sobre R\$ 4.468,69, que é o restante para completar o salário. Isso resultaria R\$ 625,62 e num total de contribuição de R\$ 1.234,06, ou seja, esse servidor ativo que ganha R\$ 10 mil terá um aumento de 12,19% na contribuição.



## GOLPISTAS NÃO GOSTAM DE EDUCAÇÃO

Os golpes de estado no Brasil atacam a Educação porque ela é fundamental para a construção da cidadania, da soberania nacional e da resistência. E é por meio da educação - ou pela falta dela - que os golpistas pretendem interferir nas ideias e pensamentos dos estudantes, para validar a própria permanência no poder. “Não é coincidência que todos os golpes aplicados no Brasil tiveram como foco a Educação e todos os avanços sociais conquistados no período”, destaca o diretor de Políticas Sociais do Sinpro, Gabriel Magno. Se olharmos o golpe no Estado Novo, ele desmonta tanto com a vinculação constitucional de recursos para a Educação que havia naquela época quanto com o conjunto de leis que definiam as metas da área.

Mais à frente, em 1964, houve o mesmo tipo de ataque. Dados mostraram que, independentemente da enorme expansão da carga tributária frente ao período anterior, não houve qualquer reflexo positivo no

padrão de investimento educacional, ficando a educação abaixo de 3% do PIB. Este baixo padrão de gastos decorreu essencialmente da retirada do princípio da vinculação constitucional de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Como desdobramentos do golpe de 64, a LDB é alterada profundamente, já em 1968, no que se refere à educação superior (com a Lei nº 5.540/68) e, em 1971, no que tange à educação básica (com a Lei nº 5.692/71), quando a ditadura civil-militar começa a se preocupar em dar uma roupagem legal às políticas educacionais que já estavam sendo implementadas de fato.

Vale lembrar que a Constituição Federal de 1946 havia restabelecido o princípio da vinculação constitucional de recursos para o ensino, introduzido pela primeira vez pela Constituição de 1934, mas revogado pela Carta de 1937, na ditadura do Estado Novo.

A educação foi particularmente

afetada pelo golpe de 64. Ato representativos deste novo espírito do tempo foram a prisão de Paulo Freire, logo na sequência do golpe, sob a acusação de subversão e a extinção da UNE, em novembro de 1964.

Outra medida tomada pelos novos detentores do poder foi a busca de assessoria externa, mais especificamente nos EUA, tendo em vista a perseguição e cassação de vários educadores de reconhecimento nacional e internacional, boa parte deles envolvidos nas reformas do governo deposto. Foi neste contexto que se celebraram os famigerados acordos MEC-USAID, entre o Ministério da Educação do Brasil e a *United States Agency for International Development* (USAID), que envolviam assistência técnica e cooperação financeira, com a forte presença de consultores norte-americanos. Os primeiros foram assinados em junho de 1964 e, o último deles, em 1976, atingindo mais de uma dezena de acordos

que versavam sobre os diferentes níveis de ensino, sobre a formação de professores e sobre a produção de material didático.

Gabriel Magno lembra que outra característica que marca os períodos golpistas é a proliferação dos incentivos fiscais que afetam a capacidade arrecadadora do país, com perdas de alguns bilhões para a educação inclusive a educação. O resultado é conhecido e traduz-se no grande aumento das matrículas e pelo achatamento salarial dos profissionais da área. A profissão docente, em especial para aqueles que lecionavam no antigo ginásio (anos finais do atual ensino fundamental) e no ensino médio perde, junto com a corrosão salarial, o reconhecimento social e a escola pública, antes referência de qualidade, entra em um processo de perda de legitimação.

“Mais recentemente, com o golpe jurídico-parlamentar de 2016, o Plano Nacional de Educação foi desmontado. Ênfase para a

Emenda Constitucional (EC) nº 95. Essa mudança constitucional interfere estruturalmente em todo o sistema público de ensino brasileiro, congelando os gastos públicos direcionados à educação, por um período de 20 anos”, diz Gabriel.

O dirigente afirma que, paralelamente à EC 95, o eixo do golpe aplicado por Temer passa pela privatização do pré-sal e pelo fim do Regime de Partilha, que retira a obrigatoriedade da Petrobrás na exploração de petróleo das bacias do pré-sal e resgata o regime de concessão de FHC.

De acordo com Gabriel Magno, esses projetos atacam diretamente a parte do financiamento do setor da educação pública. “Comprometem, de modo direto e acintoso, o próprio cumprimento do Plano Nacional de Educação, na medida em que não será mais possível atingir as metas pactuadas, sem políticas e sem orçamento, como os 10% do PIB”.

Como mostra a história, os golpistas não gostam mesmo de educação.

# JORNADA CONTINENTAL: LUTA CONTRA A AGENDA NEOLIBERAL E PELA DEMOCRACIA

Montevideu, capital uruguaia, sediou, entre os dias 16 e 18 de novembro passado, o Encontro da Jornada Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo. Cerca de 3.000 militantes, de 23 países, estiveram reunidos para debater os impactos da ofensiva neoliberal na nossa região e discutir estratégias e agendas de luta, entre eles um expressiva delegação brasileira, incluindo dirigentes da CUT e do Sinpro.

A Jornada teve início em 2015, quando dezenas de organizações de luta reuniram-se em Havana, nos marcos dos 10 anos da derrota da ALCA e buscam, desde então, a rearticulação das ações frente à ofensiva neoliberal e o ataque às democracias. Para este ano, definimos a construção prioritária do Encontro de Montevideu como um espaço capaz de ampliar o alcance da jornada e impulsionar um calendário de luta internacional unitário para 2018.

“Como forma de organizar nossa unidade e nosso debate, ao longo do processo da jornada, definimos quatro eixos fundamentais de debate, elaboração e organização das nossas lutas: a defesa da democracia e da soberania, a luta contra o livre comércio, o combate ao poder das transnacionais e a integração dos povos”, explica o diretor de Políticas Sociais do Sinpro, Gabriel Magno.

O dirigente conta que, em Montevideu “realizamos atividades de luta, a exemplo de uma grande marcha de abertura, e ao longo de dois dias debatemos em painéis e mesas de discussão a conjuntura, os parâmetros da nossa unidade e os desafios das nossas lutas em torno de cada um dos eixos da jornada”.

A síntese dessas discussões levou a uma plenária de convergência, na qual foi apresentada e debatida a declaração final do encontro, sistematizando os parâmetros de unidade e principais agendas de luta.

## MOBILIZAÇÕES EM 2018 –

Para 2018 foram definidas como prioridades as mobilizações unitárias no dia 8 de março e no dia 1º de maio; a presença e defesa da agenda comum contra o livre comércio, no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), em Brasília, no mês de março; a mobilização contrária e o repúdio à Cúpula das Américas em junho, no Peru, e à cúpula do G20, que acontecerá no segundo semestre, em Buenos Aires, espaços que buscam restabelecer a hegemonia neoliberal no continente e, por fim, convocar os povos e movimentos do continente a mobilizarem-se de maneira unitária, combativa e solidária, em todos os países na semana de 19 a 25 de novembro, reivindicando a agenda acordada em Montevideu, como expressão da ação dos povos em defesa da democracia e contra o neoliberalismo.

É diante de todo este movimento de luta que a diretora do Sinpro Nilza Cristina ressalta a necessidade de estarmos integrados. Para a diretora, o ataque à esquerda e aos trabalhadores é global, e é diante disto que o Sinpro participou da Jornada Continental, e vem atuando em fóruns e outros espaços de luta e resistência. “Quando participamos de movimentos como este, percebemos o quanto é importante se fortalecer na luta. É necessário se entender pertencente à classe trabalhadora”, finaliza Nilza.

>>> Confira outras Fotos >>>

